

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 4 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.399

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cheram

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sívio Dreveck
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cheram
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cheram
Angela Albino
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cheram

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 024ª Sessão Ordinária realizada em 03/04/2012.....2 Ata da 025ª Sessão Ordinária realizada em 03/04/2012.....7</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação21 Atas de Comissões Permanentes21 Decreto Legislativo.....21 Ofícios21 Projetos de Lei22 Redação Final24</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO NEODI SARETTA - Parabeniza o jovem Darlan Romani; registra a construção de creches com recursos do governo federal.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se ao Dia Mundial da Saúde.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA - Comenta a presença do novo ministro da Aquicultura e Pesca, Marcelo Crivella.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra vários eventos no estado dos quais participou.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença na Casa do prefeito Waldir Antônio Walker, de São Bernardino.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra reunião em Santa Terezinha, no vale do rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à intenção do governo do estado de passar o Samu para uma organização social.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. parlamentares, esta Presidência suspenderá a sessão até as 11h para que possamos realizar as reuniões das comissões permanentes.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0374/2010 e que o mesmo terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Votação da redação final do Projeto de Lei 0042/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Votação da redação final do Projeto de Lei 0094/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que acompanham a presente sessão, gostaríamos de utilizar este espaço para fazer alguns registros.

O primeiro deles diz respeito a um jovem atleta que acaba de atingir a marca recorde do arremesso de peso. Trata-se de Darlan Romani, que é o novo recordista brasileiro, conforme diz a matéria que passo a ler:

“O catarinense Darlan Romani, de 20 anos, foi o destaque das três competições disputadas neste sábado no Estádio Ícaro de Castro Melo, no Conjunto Desportivo do Ibirapuera, na zona sul de São Paulo.”

Depois, fala dos recordes que já quebrou, que é filiado à Fundação de Esportes de Concórdia, enfim, dá outras informações.

Quero destacar que Darlan Romani começou, justamente, nas escolinhas esportivas mantidas pelo município de Concórdia. Ele começou seu treinamento no período em que este deputado exercia o cargo de prefeito naquela cidade. Nós tivemos a felicidade de ver diversos atletas importantes, jovens, passando pelas escolinhas esportivas e agora um deles, Darlan Romani, tornar-se um recordista nacional, preparando-se para as Olimpíadas.

Quero fazer esse registro importante para o esporte brasileiro, acerca de um atleta de Santa Catarina, mais especificamente de Concórdia.

Parabenizo o jovem Darlan Romani por essa grande conquista e que ela sirva de exemplo de que vale a pena investir no esporte, na formação do jovem, porque além da formação para a vida torna-o a disputar e a vencer.

Outro registro que gostaria de fazer, sr. presidente, é de que participei, dias atrás, em duas semanas alternadas, de eventos semelhantes em municípios diferentes, qual sejam, inauguração de centros de educação infantil construídos em parceria com o governo federal. Um deles foi inaugurado em Zortéa, um município pequeno, de baixa arrecadação, que dificilmente teria condições de fazer uma obra daquelas com recursos próprios. O investimento foi de praticamente R\$ 1,5 milhão, recurso quase na sua totalidade repassado pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -, do ministério da Educação.

Esse programa de auxílio aos municípios está espalhando creches pelo Brasil inteiro e foi criada na gestão do então presidente Lula. Agora, a nossa presidente Dilma Rousseff está dando continuidade.

Na última semana, na comemoração do aniversário de Vargem Bonita, lá estivemos e participamos da inauguração de um desses centros de educação infantil, para o qual o governo federal repassou R\$ 1,2 milhão para a construção e mais R\$ 100 mil para equipamentos.

Então, faço o registro que diversas creches estão em construção pelo estado afora, através de recursos do governo federal. Nos próximos dias, Maravilha, Peritiba, Lindóia do Sul, Ipira e outros municípios também serão agraciados com centros de educação infantil construídos com recursos repassados pelo governo federal. Inclusive, essa inauguração em Vargem Bonita fez parte do conjunto de atividades e eventos comemorativos dos 20 anos do município. Da mesma forma, de forte colonização alemã, comemorou aniversário o município de Arabutã, que realizou um belo evento na sexta-feira, do qual tivemos oportunidade de participar.

Ainda na sexta-feira tivemos a oportunidade de participar da Efaisc - Exposição Feira Industrial e Comercial de Seara, evento que faz parte das comemorações dos 57 anos de emancipação

político-administrativa daquele município. A Efaisc mostra as potencialidades da região, da sua indústria, do seu comércio, destacando os trabalhos feitos pelas comunidades. Além disso, há também a parte do entretenimento, da diversão.

Então, faço esses registros parabenizando essas comunidades pelo aniversário de emancipação político-administrativa, reforçando também a construção desses centros de educação infantil, em diversos municípios do estado, com repasses do governo federal, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste no plenário ou pela TVAL, saudações aos ouvintes da Rádio AleSC Digital.

(Passa a ler.)

“Nos dias de hoje muito se fala em qualidade de vida, bem-estar e longevidade. São palavras e expressões que têm relação direta com uma condição essencial para a vida das pessoas, que na síntese absoluta, em uma única palavra, pode ser traduzida por saúde!

No próximo sábado, dia 7 de abril, festejaremos o Dia Mundial da Saúde, criado em 1948, com o objetivo de propalar a necessidade das pessoas gozarem de boa saúde e também com o intuito de alertar a população para riscos a que pode estar submetida se negligenciar cuidados básicos no dia a dia ou diante de fatores como epidemias e doenças de grande alcance.

A iniciativa da Organização Mundial de Saúde - OMS - é a divulgação da ideia de que a saúde envolve o bem-estar das pessoas, desde os aspectos físicos, mentais e sociais, o que representam em harmonia.

Neste ano o Dia Mundial da Saúde coincide com o sábado de Aleluia, que marca a véspera da Páscoa. Portanto, é mais um momento indicado para refletirmos sobre ações que sempre se fazem necessárias. Afinal, ter saúde não é apenas não estar doente. Envolve boa higiene, alimentação adequada, prática regular de exercícios e até dormir bem. São coisas que parecem simples, para alguns, sem muita importância, mas nos ajudam bastante a ter saúde.

O filósofo alemão Arthur Schopenhauer já dizia que ‘a saúde é essencial à felicidade’ e justificava: ‘Para saber o quanto nossa felicidade depende da jovialidade do ânimo e este do estado de saúde, é preciso comparar a impressão que as mesmas situações ou eventos exteriores provocam em nós nos dias de saúde e vigor, como aquela produzida por eles quando a doença nos deixa aborrecidos e angustiados’.

Quando pensamos em saúde de forma mais ampliada, não devemos ater-nos apenas a políticas restritas para a saúde, embora entendamos que essas, sim, sejam

essenciais. Com certeza, para a boa saúde também dependemos de boas políticas sociais, de ações educacionais, de políticas agrícolas, até mesmo habitacionais, para ficarmos apenas em algumas frentes que têm ligação direta com a boa saúde das pessoas.

Hoje, por exemplo, toda a comunidade enfrenta o flagelo das drogas. Em cidades pequenas, médias ou grandes há drogas e famílias aflitas com pessoas doentes por conta do vício. E essa é uma questão de saúde pública, com certeza, mas uma questão que só pode ser bem combatida quando conseguirmos modificar a essência da abordagem da questão das drogas, seja na família, seja nas escolas.

No ensejo da passagem do Dia Mundial da Saúde devemos lembrar que a humanidade vem consolidando conquistas na saúde, e essas refletem em maior expectativa de vida, mas também há riscos enormes a que se submete grande parcela dessa massa de sete bilhões de humanos que hoje habitam o nosso planeta.

É bom lembrarmos que por volta do ano de 1500, quando o Brasil foi descoberto, a expectativa média de vida das pessoas era de 30 anos, que o homem era dizimado por moléstias infectocontagiosas e que somente por volta de 1900 foram disseminados hábitos simples de higiene como lavar as mãos, o que já significou ampliar em 50% a expectativa média de vida, ou seja, para 45 anos.

Hoje, entre os incontáveis avanços, estão o sequenciamento do código genético humano, o desenvolvimento de técnicas cirúrgicas e terapias minimamente invasivas, a criação de medicamentos para controlar a Aids, tumores e doenças cardíacas e a constatação do poder das células-tronco.

Hoje já temos uma expectativa média de vida de 80 anos, mas projetamos a possibilidade de, ainda no meio do século XXI, ampliar bem mais essa faixa de vida, com a banalização da substituição de órgãos humanos e da implantação de chips eletrônicos para controlar doenças.

No entanto, de outra parte ainda vivemos num mundo de muitos miseráveis com fome e sem teto, sem acesso ao mínimo, como água potável, esgoto, alimentos saudáveis, roupas limpas, educação, tudo o que depende, antes de qualquer coisa, de políticas públicas que ampliem a possibilidade das pessoas terem saúde e qualidade de vida!

Em Santa Catarina temos uma situação vista como privilegiada no cenário brasileiro, com uma população que ostenta índices de saúde melhores do que a média nacional, com um padrão de atenção ao cidadão maior do que o dispensado à média dos brasileiros, mais ainda assim temos grandes desafios pela frente! Somos um estado que tem a marca da superação pela perseverança da sua gente, por seu espírito empreendedor, e na saúde também apresentamos bons exemplos.

E citamos o Programa Estadual de Cirurgias Eletivas que está em andamento, que em breve ensinará a instalação, nesta Casa, de um fórum parlamentar para que nós deputados possamos acompanhar

regionalmente a demanda ainda existente de cirurgias tão aguardadas pelos pacientes.

Portanto, estão convocados todos os deputados para a instalação, às 15h30 de hoje, do Fórum Parlamentar das Cirurgias Eletivas.

Há um grande esforço por parte do governo em ações que têm o olhar direto do governador Raimundo Colombo e de seu vice-governador Eduardo Moreira, que é médico, juntamente com o competente secretário da Saúde, sr. Dalmo Claro de Oliveira, e seu adjunto, Acélio Casagrande.

É certo que apesar do esforço para envolver médicos e outros profissionais de saúde, instituições hospitalares e todo o corpo de servidores da área, sempre teremos que apontar problemas ainda pendentes. Mas também é certo que houve um avanço e que há vontade política em fazer o melhor, o que é o primeiro passo para acertar na caminhada.

Quando falamos em sucesso ou insucesso no que diz respeito à saúde, há um quadro complexo que passa desde as questões básicas do saneamento, da qualidade da água consumida pela população, por questões ligadas à urbanidade, como as do trânsito que todos os dias incapacitam pessoas, ou mesmo os acidentes de trabalho que levam muitos jovens a ser dependentes, de forma temporária ou permanente, das estruturas já sobrecarregadas dos hospitais públicos, unidades de pronto atendimento, as UPAs, e postos de saúde.

Quando falamos em saúde também temos que sempre apontar, ao menos no Brasil, para um modelo concentrador dos recursos, que centraliza à União a maior parte do que deveria ser investido, deixando para os municípios e estados o maior quinhão dos gastos. E aí está o SUS, que é um modelo exemplar de política de saúde ampliada à população, mas tem uma tabela de remuneração dos que atuam na área totalmente defasada.

De qualquer modo, o importante é constatar que há avanços, embora muitas vezes em velocidade aquém do que gostaríamos de presenciar. E para tanto na área da Saúde conta muito o esforço de médicos, enfermeiros, técnicos, socorristas, laboratoristas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, profissionais ligados a atividades físicas, psicólogos, cientistas, pesquisadores em geral e servidores administrativos, incluindo até mesmo quem trabalha em secretaria de hospitais.

É uma grande engrenagem a quem devemos valorizar permanentemente, mas sugiro de forma especial esta semana de Páscoa em que comemoramos o Dia Mundial da Saúde.

Para finalizar, lembro como reverência a todas essas pessoas uma frase do célebre escritor Érico Veríssimo: 'felicidade é a certeza de que a nossa vida não se está passando inutilmente'.

Quem atua numa área tão delicada em seu cotidiano, envolve atenções com a vida das pessoas, sabe que a sua atuação de vida pode fazer a diferença para o próximo.

Finalizo deixando a todos os catarinenses os meus melhores votos de uma feliz Páscoa em família e que Deus os ilumine."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de aproveitar o espaço da tribuna para trazer presente a atividade realizada na tarde de ontem, na Assembleia Legislativa, ocasião em que tivemos, pela primeira vez, a presença do novo ministro da Aquicultura e Pesca, do governo da presidenta Dilma Rousseff, sr. Marcelo Crivella, em que numa atividade organizada pela superintendência do ministério da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina se mostrou extremamente sensível à realidade enfrentada, de maneira muito especial, pelo setor da manicultura, dando ênfase, ao mesmo tempo, à pesca artesanal, não se esquecendo da importância da pesca industrial no estado de Santa Catarina.

Mas no dia de ontem tivemos um momento extremamente importante, que foi a sessão de uso de áreas públicas aos nossos maricultores, perfazendo um total de 571 áreas, sendo que 298 já possuem o licenciamento ambiental, faltando ainda para serem licitadas 199, que estão em processo de licitação.

Claro que depois de muito empenho, de muita luta, depois de quase duas décadas, chegou-se a esse momento extremamente importante para os maricultores.

O ministro tem sido muito enfático ao dizer que Santa Catarina, além de produzir uma grande quantidade de pescado, destaca-se pela qualidade da produção e tem um potencial extremamente promissor, podendo chegar a multiplicar por cinco vezes a sua produção atual. Produzimos atualmente em torno de 20 mil toneladas, podendo chegar, através do trabalho realizado pelos srs. deputados e pelo setor, a 100 mil toneladas/ano.

Hoje, o estado de Santa Catarina se destaca como sendo o que possui a maior produção de pescado, vindo logo em seguida o estado do Pará. Acreditamos que o estado poderá aumentar significativamente a sua produção de pescado. Portanto, além de gerar rendas às famílias que vivem da atividade, temos certeza de que o setor irá desenvolver e contribuir cada vez mais para o movimento econômico de Santa Catarina e, certamente, dos municípios que têm relação.

Ao mesmo tempo, o ministro tem feito a entrega das autorizações de pesca, o que foi um dado extremamente positivo, porque houve uma antecipação de pelo menos 60 dias do início da pesca da tainha. Parece-me que essa antecipação vai dar, sem dúvida alguma, melhores condições para que se possa preparar melhor as

próprias embarcações. E não temos dúvidas também de que poderemos ter uma safra recorde no estado de Santa Catarina.

Claro que há outro setor também promissor que está passando por dificuldades, que é a produção do peixe nas águas continentais, em que os piscicultores encontram várias dificuldades, entre elas a importação do peixe que vem de outros países que está, infelizmente, comprometendo a produção em nosso estado e em outros estados da federação. É o que acontece com a questão da importação do panga, que vem a um preço muito abaixo do custo de produção, por exemplo, da tilápia do nosso estado e de outros estados.

Essa preocupação tem sido levantada, porque o peixe importado obtém incentivos fiscais, mas precisamos olhar de uma forma diferenciada para os piscicultores que têm através dessa atividade uma alternativa de agregar em renda as diferentes atividades na agricultura familiar.

Portanto, tem sido uma atividade extremamente positiva, quando tivemos o auditório Antonieta de Barros basicamente tomado pela presença dos maricultores, dos pescadores artesanais, da indústria e por setores do interior de Santa Catarina.

Esperamos continuar com esse otimismo, fazendo com que Santa Catarina continue destacando-se no cenário nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público catarinense que nos assiste pela TVAL, quero registrar que estivemos participando de um ato importante no último dia 31 de março, dia em que por últimos anos se fez homenagem à revolução que marcava um momento ruim, negativo, para a democracia.

Mas naquele dia o jornal *O Líder*, de Maravilha, lançou uma edição especial passando agora a atender todo o extremo oeste de Santa Catarina. Esse jornal é do Grupo Sistema 103 de Rádio e Televisão, do extremo oeste catarinense, que tem no comando o empresário e jornalista Wolmir Hübner que, com sua equipe, começou a sua história conduzindo a Rádio Progresso, de Descanso, e agora o Sistema 103 de Rádio, com a Rádio Líder 92.3, o jornal *O Líder*, a Nova FM, a 103 FM e a 100.5 FM. Um grupo de comunicação familiar e, acima de tudo, muito forte para o estado de Santa Catarina e para o oeste.

Quero parabenizar o Wolmir Hübner e toda a equipe que trabalha no sistema 103, principalmente na coordenação: Caroline Maldaner, editora-chefe do jornal; Fernando Hübner, editor executivo; dr. Geovani Delevati, diretor comercial e colonista; Simone Hübner, colonista; Luiz Cláudio Araújo Carpes, famoso e competente comunicador do estado de Santa Catarina;

Raquel Basso Hübner, colunista; Luciane Mozer, colunista; e a equipe com Adriano Antunes, colunista, que é um grande tradicionalista, um grande comunicador do extremo oeste, o jornal que abre um espaço para informações com referência ao nosso trânsito; major Juarez Segalin, que é comandante da Polícia Rodoviária Estadual, que diariamente apresenta dicas, sugestões e direitos sobre a questão de trânsito; Maria Helena Signor Basso; Débora Ceccon; Keli Fernandes; Camila Hundertmarck; Jucinei da Chaga, que é repórter e grande radialista na região; Inácio Rohden, que é um comunicador já tradicional, com uma folha de trabalho muito respeitada e conhecida em todo o extremo oeste catarinense; Fernando Zimmermann, Anderson dos Santos e Giovanna da Rosa.

Enfim, quero registrar que no dia 31 de março o sistema 103 lançou o jornal *O Líder* para todo o extremo oeste de Santa Catarina, que já vem circulando na região de Maravilha. Como já disse, esse dia sempre foi marcado pela revolução que representou um trauma para a democracia de nosso país, surgindo um órgão de comunicação que representa a liberdade de manifestação para ampliar a sua área de atuação e engrandecer o jornalismo de nosso estado.

Então, parabéns a Wolmir Hübner e a toda a equipe do jornal *O Líder* pelo lançamento e por mais esse avanço do jornalismo e da democracia de nosso estado.

Quero registrar também, já que falamos do extremo oeste, que ocorreram dois outros fatos importantes neste final de semana para a região, que foi a realização do Rodeio Nacional e Internacional, em Maravilha, no CTG Juca Ruivo. E no mesmo domingo em que participei do rodeio, junto com o patrão Aldérico Biazi, visitei todos os acampamentos, as famílias e vi como é importante que as famílias sejam levadas para o tradicionalismo.

À noite, na RBS Porto Alegre, assisti a uma reportagem sobre o resgate da força do tradicionalismo no estado do Rio Grande do Sul e que acontece também muito forte no estado de Santa Catarina. E isso é muito importante para a nossa sociedade.

Como tenho dito em alguns versos, quando participo das aberturas dos rodeios, gostaria que a sociedade tivesse a vida que se tem num CTG. Lá se cultiva o respeito ao idoso, à família e ao jovem. Nos acampamentos, as famílias ficam integradas, almoçando, jantando e dormindo juntas, contando "causos", como se diz, e efetivamente tendo uma convivência familiar, sem televisão, novela e qualquer tipo de outro programa que tire a atenção e que não seja a conversa entre pais, filhos, netos e amigos.

Então, o CTG Juca Ruivo, com o seu patrão Aldérico Biazi, fez um investimento muito grande e construiu várias churrasqueiras para que lá as famílias e as empresas pudessem se reunir. E nós, junto com o patrão, visitamos um a um esses acampamentos e conversamos com as famílias que lá estavam.

Quero, então, parabenizar o município de Maravilha e o tradicionalismo de Santa Catarina. Haverá, agora, um grande

rodeio do CTG Os Praianos, e cada vez mais, tendo trabalhado 30 anos na segurança pública, vejo que o tradicionalismo é um dos pontos mais importantes de resgate da família e de convivência entre pais e filhos e entre amigos e também para que possamos cada vez mais melhorar a sociedade.

O segundo fato importante que registro é que o governador Raimundo Colombo tem uma preocupação com o extremo oeste e o oeste catarinense. Nós tínhamos 94 municípios não incluídos como região metropolitana no nosso estado, a grande maioria deles no oeste, na região do Contestado, e no extremo oeste catarinense. E o governador Raimundo Colombo, sensível aos benefícios que a legislação e que as verbas preveem para as regiões metropolitanas, anunciou que vai assinar e encaminhar a esta Casa, na próxima quinta-feira, o projeto de lei criando as regiões metropolitanas do extremo oeste e do Contestado.

O conceito de região metropolitana foi alterado em razão de o governo federal querer investir em um número maior de municípios, mesmo alguns desses não estando concentrados nos grandes centros, na Grande Florianópolis, que seria uma das poucas regiões metropolitanas do nosso estado.

Mas o governo, através de seus ministérios, tem verbas para municípios menores. E para que todos os catarinenses sejam tratados com igualdade, será importante esse projeto de lei que beneficia todos os catarinenses e todos os municípios do nosso estado.

Então, quero reconhecer a justiça que o governador Raimundo Colombo fez atendendo aos municípios do extremo oeste, da região do Contestado, dando para todos os catarinenses um tratamento igualitário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, ela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero registrar, com satisfação, a presença, nesta Casa, do prefeito Waldir Antonio Walker, de São Bernardino, um novo município de Santa Catarina, e que, juntamente com os seus secretários, prestigia a sessão nesta manhã. E ao seu lado, está a figura ilustre do nosso sempre radialista, deputado federal e secretário de estado da Agricultura, João Rodrigues, que está também presente em comissão nesta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito bem, deputado Ismael dos Santos, está feito o seu registro.

Esta Presidência também cumprimenta o secretário João Rodrigues. Embora a casa dele seja Brasília, nós o recebemos aqui com muito carinho e respeito, pois é um grande amigo.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero, inicialmente, também cumprimentar o prefeito Waldir Antonio Walker, de São Bernardino, o secretário de estado da Agricultura, um grande entusiasta deste governo e que tem dado uma colaboração extraordinária na agricultura e na economia do estado de Santa Catarina, justamente nos investimentos que têm feito para os produtores rurais, sejam os grandes ou os pequenos. Mas existe um entusiasmo muito grande e ele tem sido muito ágil no atendimento às pessoas que foram atingidas pela seca. Parabéns, secretário João Rodrigues!

Eu queria, ao saudar, especialmente, o deputado Aldo Schneider, como representante do governador, e o deputado Antônio Aguiar, registrar que no sábado passado participei de uma reunião em Santa Terezinha, no vale do rio Itajaí-Açu, que fica próxima a Rio do Campo. Na ocasião, estavam lá presentes representantes de vários deputados e também os deputados Antônio Aguiar e Aldo Schneider.

Santa Terezinha tem um grande sonho: que um dia seja feita a ligação entre o vale do Rio Itajaí-Açu com o planalto norte, do deputado Antônio Aguiar.

O planalto norte ainda é uma região que tem certa depressão econômica, mas a população de lá está muito entusiasmada, pois está havendo muitos investimentos por parte do governo. Os empreendedores de lá estão com muita vontade e coragem de investir. Tenho certeza de que se o governo executar as obras de infraestrutura para dar apoio ao planalto norte e à serra entre o vale do rio Itajaí-Açu, que faz a ligação, através do vale de Taíó, Rio do Campo e Santa Terezinha... E faltam apenas 30km de asfalto para interligar justamente essas duas regiões econômicas muito fortes. A agricultura na região é muito forte, seja no planalto norte como também no vale do rio Itajaí-Açu, como também na criação de frangos e suínos. Enfim, toda a agroindústria é muito forte, e essa estrada será muito importante.

Vamos pedir o apoio do secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, que seja incluída essa rodovia curta, com apenas 29km, justamente para fazer a interligação entre o planalto norte e o vale do rio Itajaí-Açu, encurtando a estrada. Hoje, quem quiser ir do rio Itajaí-Açu para o planalto norte segue uma estrada muito longa, através da BR-470.

Queria também saudar o presidente da Apade, uma associação de pais e amigos de pessoas que necessitam de cuidados especiais e que têm alguma deficiência. E vi lá um menino, o Carlinhos Koteski, e aqui eu o cumprimento, assim como também cumprimento o prefeito Genir Junckes, o vice-prefeito, o presidente da Câmara e os vereadores das cidades vizinhas, em nome do vereador de Rio do Campo, o alemão Antônio Carlos Contezini. Enfim, todos estão dando apoio para que em Santa Terezinha, uma cidade, hoje, com nove mil habitantes e

que tem inúmeras necessidades, seja instalada lá uma futura Apae, ou algo semelhante - e graças às iniciativas de Carlinhos Koteski, que têm a aprovação de inúmeras pessoas de Santa Terezinha -, para dar atendimento especialmente às pessoas com alguma deficiência importante.

Aliás, esta Casa também está de parabéns porque, ao final do ano passado e início deste ano, implantou uma comissão permanente para o desenvolvimento dos direitos das pessoas que têm deficiência.

Hoje, o presidente dessa comissão é o deputado José Nei Ascari, que tem feito um belo trabalho. E com certeza, eu acredito que agora, com o apoio desta Casa para estimular e levar a todas as cidades o alerta de que as pessoas que têm alguma deficiência precisam receber uma atenção especial por várias razões... E essa atenção especial ainda não está sendo dada, assim como não está sendo dado o direito a alguém ter uma cadeira de rodas de uma forma digna, ou ter uma perna mecânica. Eu, particularmente, conheço pessoas para as quais eu tenho feito pedidos há mais de dois anos e ainda estão andando de muletas, porque não receberam a perna mecânica. Imaginem, então, aqueles que não têm um deputado que peça por eles! Eu lhes digo o seguinte: pelo menos vocês têm um deputado para reclamar. Os outros nem isso têm!

Então, a partir de agora, eu imagino que, havendo essa comissão, nós poderemos dar o encaminhamento para que eles sejam atendidos de uma forma mais rápida e tenham dignidade para poder viver melhor esta vida que é bela e única.

Essa Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência, sem dúvida nenhuma, terá o apoio desta Casa, e agora eles poderão viver melhor, tendo em vista que há essa associação.

Quero também saudar a Associação dos Moradores do bairro Limoeiro, que fica entre Brusque e Itajaí. Todo mundo acha que é ele um pouco de Brusque e um pouco Itajaí, mas eu digo que é de Itajaí, dentro de Brusque, tamanha é a proximidade que existe com o centro de Brusque e a distância que há com o centro de Itajaí.

A grande maioria do povo de limoeiro pertence a Itajaí, mas está muito próxima do centro de Brusque, uma cidade, do ponto de vista territorial, relativamente pequena. Ela tem apenas 80km² e, em comparação com Itajaí, é muito pequena. Mas em comparação com outros municípios de Santa Catarina é um dos menores... Brusque, praticamente, tem toda a sua área considerada área urbana.

Mas o bairro Limoeiro pertence a Itajaí, apesar de quase 100% das pessoas utilizarem os serviços públicos e os serviços privados de Brusque.

Na semana passada houve lá uma reunião, sendo que eu me fiz representar através de dois assessores que levaram de lá três pedidos muito importantes. Um deles é uma ponte sobre o rio Itajaí-Mirim, que liga o bairro Limoeiro com o bairro de Volta Grande, hoje dois bairros importantes que podem promover o desenvolvimento da

região. É preciso que seja construída uma ponte de concreto, uma vez que, hoje, há apenas uma ponte pênsil que permite a passagem de carros pequenos, com baixo peso, não permitindo o transporte de carga.

Então, quero apoiar fortemente a necessidade de construção dessa ponte e de mais algumas pontes largas, com duas pistas, para justamente permitir a passagem do tráfego pesado entre um lado, que é Itajaí, onde está o bairro Limoeiro, e o outro lado, que é Brusque e que poderá se desenvolver muito.

Gostaria de cumprimentá-los por uma reivindicação que temos feito: a rodovia SC-486, de Itajaí a Brusque, próxima ao rio Itajaí-Açu. Ou seja, todas as águas, sejam os rios ou as águas de superfície, precisam atravessar a SC-486 para chegar até o leito do rio. Então, naturalmente, quando há grandes chuvas, a tubulação colocada há alguns anos não dá conta de dar a vazão, e a SC funciona como um tapume, prejudicando, em muito, aquela comunidade.

Quero ainda apoiá-los num outro pedido muito importante: a construção de uma lombada, preferencialmente eletrônica, porque o bairro Limoeiro é uma região muito urbanizada, com muitas crianças passando de um lado para o outro na estrada, quando vão à escola. E a lombada seria muito útil para a segurança de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopena) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, gostaríamos de retomar o assunto que falamos na semana passada, que é a questão da intenção do governo do estado, através da secretaria de estado da Saúde, de passar o serviço móvel de urgência, o Samu, para uma organização social.

A nosso ver é uma forma velada, talvez, ou nem tanto, de privatização do serviço público essencial, passando para terceiros uma entidade civil de direito privado, uma atribuição que é do estado, passando para essa organização social, que poderia ser chamada também de ONG, recursos públicos para que ela contrate pessoal e faça a aquisição de equipamentos e medicamentos, inclusive para a construção de estabelecimentos, de prédios, reformas, etc.

Nós entendemos que isso é privatizar uma atribuição do estado e entregar para uma entidade privada recursos públicos da conta única do governo do estado, para que possa cumprir uma função que é essencialmente pública e uma responsabilidade que precisa continuar sendo pública, na nossa avaliação.

É evidente que a partir daí está-se burlando o instituto constitucional do concurso público com dinheiro público, possibilitando que se contrate pela CLT para

realizar uma função pública, e além das normas de licitação, que também ficam alteradas com esse procedimento por parte do governo do estado.

O Samu tem sido sucateado ao longo desses sete anos que existe no estado de Santa Catarina. Ou para dizer a verdade, ao falar em sucateamento fica difícil porque, na verdade, ele nunca foi instalado com o rigor, a qualidade, a possibilidade e o potencial que deveria ter.

O exemplo é que em sete anos o governo do estado não encaminhou para a Assembleia Legislativa sequer um projeto de lei no sentido de criar um quadro funcional para o Samu. E aí o serviço ficou sendo realizado por funcionários públicos de outros órgãos de saúde, que foram emprestados ou foram à disposição do Samu e também por contratação temporária de funcionários, inclusive médicos, enfermeiros, auxiliares técnicos de enfermagem e motoristas contratados em regime temporário, o que, aliás, também só se justifica em caráter absolutamente excepcional.

Srs. deputados, o Samu não é um serviço excepcional! Deve ser um serviço permanente do estado. Desta forma precisa de planejamento, previsão legal para que esse serviço possa ter continuidade ao longo dos anos, das décadas, mas não se fez esse planejamento. O planejamento que se fez foi justamente para fazer minguar o pouco que existia de servidores públicos no Samu, e aí contratando funcionários em caráter temporário, por dois anos. O que nesta avaliação já é questionável, porque é um serviço permanente. Não existe motivo para contratar temporariamente, para um serviço que é permanente.

O contrato de dois anos venceu e agora se renova o contrato mensalmente, o que é a coisa mais louca, mais fora de sentido ainda contratos que se renovam todos os meses com esses servidores que não são concursados e que prestam serviço lá.

O edital de entrega do Samu para uma organização social tinha a última sexta-feira como prazo de entrega das propostas, o último dia 30. Felizmente, no próprio dia 30, um mandato de segurança de iniciativa do sindicato da saúde, do Sindaúde, teve provimento no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. E tenho em mãos uma posição, um despacho do desembargador João Henrique Blasi, que, aliás, conhece muito bem a legislação das organizações sociais de Santa Catarina, porque estava neste Poder quando aquela lei foi discutida.

(Passa a ler.)

[...]

Assim deixo por ora de decidir sobre a liminar vindicada, mas invocando o poder geral de cautela (art. 798 do Código de Processo Civil), com o fito de arrear eventual dano irreparável de difícil reparação, determino que, sem empeço à entrega normal dos envelopes, nos termos do edital, sejam estes recebidos e mantidos incólumes, deixando-se, portanto de acessar seus conteúdos, até que o pedido liminar seja apreciado, e sê-lo-á depois que as autoridades impetradas prestarem suas informações ou de decorrer o correspondente

prazo. Intime-se, com urgência, o secretário de Estado de Saúde para imediato cumprimento do comendo aqui estabelecido.[...]" [sic]

É um parágrafo do despacho do desembargador João Henrique Blasi, de certa forma, por medida cautelar, sustando o edital de transferência do Serviço Móvel de Urgência - Samu - para uma organização social.

Então, os envelopes foram entregues no último dia 30 e lá permanecerão até que se avalie mérito, a partir do momento em que as autoridades responsáveis do estado, a secretaria da Saúde e a de Planejamento prestarem os devidos esclarecimentos ao Tribunal de Justiça do nosso estado.

É lamentável que persistamos com uma política inclusive que carece de segurança jurídica. Ao mesmo tempo os servidores do Samu não aguentam mais, não resistem mais à carga de trabalho em virtude justamente da falta de efetivo, da falta de servidores para realizar o serviço. Como falei, um contrato temporário de dois anos, que terminou, agora se renova a cada mês.

É uma situação ilegal por diversos pontos, que possibilita, inclusive, a responsabilização judicial das autoridades responsáveis. Há sete anos não foi pensado em estabelecer uma carreira

para os trabalhadores do Samu. Não se pensou em estabelecer um quadro de efetivo mínimo para a realização desses serviços. E aí depois de esgotada a possibilidade do atendimento mínimo, depois de levar à exaustão extrema os trabalhadores que lá operam alegando urgência, fazem um contrato temporário de dois anos, que vence, mas não têm solução ainda para resolver esse problema. Há intenção clara, portanto, de entregar dinheiro público para ser administrado por organização social.

Entendemos que os argumentos apresentados nesta direção são todos refutáveis. Há alegação, inclusive, de que precisa de um serviço feito por organização social, porque os trabalhadores que lá operam, deputado Ismael dos Santos, não ficam muito tempo no sistema. Não conseguem ficar muito tempo neste serviço porque a atividade é exaustiva demais.

Então, já que não conseguem ficar muito tempo, vamos passar o serviço para uma organização social que pode, de repente, a cada dois anos revezar o conjunto dos trabalhadores. Ao mesmo tempo os trabalhadores contratados, repito, de forma questionada legalmente, ou de forma ilegal, têm a jornada de trabalho de 40 horas. E esta também será uma jornada de trabalho, se uma organização social vencer e assumir

o Samu, porque isso é a jornada de trabalho da CLT.

Que qualidade de serviço querem dar à população catarinense, se as próprias autoridades avaliam que não dá para trabalhar mais do que dois anos? Se o serviço é exaustivo demais, exaure o trabalhador a ponto de não consiga ficar muito tempo trabalhando no Samu, vai se contratar por um regime de trabalho mais duro, com jornada de 40 horas? Então, que tipo de tratamento estão querendo dar a esse trabalhador, que passará a prestar esse serviço e que tipo de atendimento terá a população com esse regime de trabalho?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para as 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Faz seu discurso de posse no Parlamento.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dieter Janssen.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Justifica a ausência dos deputados Reno Camaró, José Milton Scheffer e Valmir Comin.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Penha e convida para a 10ª Festa dos Pescadores, em Navegantes.

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se à viagem com o governador ao alto vale do Itajaí e à realização da Volvo Ocean Race.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Exalta o pioneirismo de Blumenau no segmento das micro e pequenas empresas; comemora os 80 anos da Rádio Clube, de Blumenau.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Regozija-se com os 80 anos da Rádio Clube, de Blumenau.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Fala sobre a Lei 14.371/2008, de sua autoria, que cria no âmbito da Polícia Civil o Secride.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Relata visita do empresário Udo Döhler à bancada do PMDB; informa a instalação do Fórum Parlamentar de Cirurgias Eletivas em SC.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Elogia o trabalho realizado pelo secretário da Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Cobra mais recursos do governo do estado para a Saúde e pede regularidade no repasse.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica o governo estadual pelo corte das horas extras dos PMs.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a presença dos deputados em plenário para a Ordem do Dia.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Elogia as obras na SC-280 e na SC-301.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Solicita que seja suspensa a sessão para a instalação do Fórum das Cirurgias Eletivas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Destaca a importância do Fórum das Cirurgias Eletivas; reporta-se à interiorização do ensino superior em Santa Catarina.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Aborda negociações que ainda não aconteceram com relação ao Magistério Público Estadual de Santa Catarina; reporta-se ao SC Saúde; destaca a realização do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - ManifeSta-se a respeito da alimentação escolar.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Homenageia Araranguá.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Faz relato da reunião da comissão de Proteção Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

A Presidência solicita à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Temos sobre a mesa os Atos da Mesa n.s 011/2012 012/2012 e 013/2012 convocando deputados da coligação liderada pelo PP e pelo PTdoB para que assumam a vaga do deputado Joares Ponticelli. Como todos declinaram, a Presidência procede à leitura dos Atos n.s 012/2012 e 014/2012.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N. 012-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Joares Ponticelli, por um período de sessenta dias, a contar de 2 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 02 de abril de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio
Presidente”[sic]

“ATO DA MESA N. 014-DL, DE 2012

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dieter Janssen, 4º Suplente da Coligação PP, PTdoB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio da 3ª Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Joares Ponticelli, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 02 de abril de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio
Presidente”[sic]

Dessa maneira, convoco o cidadão Dieter JANSSEN para prestar o seu juramento.

O SR. DIETER JANSSEN - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.”

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Declaro empossado o deputado Dieter Janssen e regimentalmente concedo a palavra a s.exa. por até dez minutos, para que faça seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, é muito bom retornar a esta Casa, rever alguns amigos que conseguimos fazer na última oportunidade em que aqui estivemos. Nosso objetivo é estudar e aprovar projetos da nossa região, Jaraguá do Sul e cidades vizinhas.

Nós, quando concorremos a deputado estadual, fizemos uma campanha regionalizada e com certeza esse espaço que aqui temos muito nos orgulha, porque representamos, juntamente com o deputado Carlos Chiodini, que também é da nossa cidade, da nossa região, um povo maravilhosos.

Vamos estudar primeiramente todos os projetos que estão na Casa, para

que possamos trabalhar e votar com bastante confiança, com bastante responsabilidade. Mas logicamente também temos as demandas locais e, inclusive, ontem já participamos da reunião da Amvali e apresentamos alguns trabalhos para que possamos bem desempenhar nosso mandato nesta Casa, focando mais a nossa região, mas não esquecendo todo o estado de Santa Catarina.

Temos a questão da BR-280, que é uma briga já bastante conhecida. Com certeza essa é uma preocupação bastante grande, pois acidentes ocorrem diariamente e vidas se perdem inutilmente.

Também temos a questão do Hospital e Maternidade São José, que está passando por uma ampla reforma e construção de uma ala nova de cardiologia. Assim sendo, precisamos de apoio do governo do estado para esse projeto também.

Há ainda a questão dos Bombeiros Voluntários, assunto trabalhado desde 2010. Vamos novamente trabalhar esse problema, pois defendemos essa corporação, que é exemplo em Jaraguá do Sul. Toda a comunidade se doa àquela entidade, fazendo reuniões periódicas, fazendo com que ela seja um exemplo.

Assim sendo, não poderíamos deixar de defendê-los nesta Casa, valorizando sempre a qualidade dos serviços que prestam.

Vamos trabalhar novamente a questão das drogas. Em 2010 fizemos uma audiência pública em nossa região para tratar desse assunto e agora vamos fazer um seminário. Além disso, trabalharemos junto ao secretário da Segurança Pública para que se possa reforçar essa questão, pois uma das bandeiras fortes deste deputado é que os nossos jovens possam circular com tranquilidade pelas ruas da região.

Eram essas as minhas palavras. Fico muito feliz por estar aqui novamente representando a minha cidade e quero agradecer a presença dos membros da imprensa da região, o presidente do partido, Ademir Izidoro, o representante do partido em Blumenau, João Pizzolatti Júnior.

Agradeço a todos, especialmente ao deputado Joares Ponticelli, que abriu este espaço para que eu pudesse retornar a esta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dieter JANSSEN, quero cumprimentá-lo e ao nosso partido, em nome do querido Ademir Izidoro, presidente do PP de Jaraguá do Sul; do Joãozinho Pizzolatti, que aqui vem como presidente do partido em Blumenau e também representando o deputado João Pizzolatti; do presidente do diretório municipal de Florianópolis, Alessandro Abreu. Em nome deles, quero cumprimentar todos os nossos companheiros que neste dia comemoram o seu retorno a esta Casa.

Eu quero dizer, com muita alegria e muito orgulho, que início esse processo de rodízio que implementamos desde a legislatura passada, passando o mandato a v.exa., que contribuiu para que aqui chegássemos. Nós, os cinco deputados que aqui estamos, não chegamos sozinhos, foi importante e fundamental a participação dos

suplentes para que pudéssemos estar nesta Casa.

Considero um ato de gratidão não somente a v.exa., por ter-nos permitido ser titular nesta Casa, mas especialmente a sua região e aos seus eleitores, que acreditaram no seu projeto e que embora num tempo muito reduzido terão a oportunidade de ver o seu legítimo representante defendendo os seus interesses no Parlamento catarinense.

Sucesso, exerça plenamente o mandato que agora é seu! Temos muita esperança de que v.exa., não somente nesses 60 dias, mas em outras missões que o partido irá confiar-lhe gerará muitas alegrias para o povo de Jaraguá do Sul e para o nosso partido.

Sucesso e bom mandato!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Agradeço ao deputado Joares Ponticelli e concedo um aparte ao deputado Carlos Chiodini.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Muito obrigado, deputado Dieter Janssen, não poderia deixar de registrar o prazer de compartilhar com v.exa., que é uma jovem liderança da cidade de Jaraguá do Sul, este momento especial, pois nos próximos dois meses juntos defenderemos os interesses da comunidade do vale do Itapocu.

V.Exa., que inicia a carreira política com muita maestria, tem uma história de serviços prestados já como vereador e como secretário municipal e tem muito futuro pela frente. Eu, que já fui suplente, sei como é especial, para quem está esperando, assumir por um período. Não é, deputado Ismael dos Santos? Nós, pela primeira vez, assumimos aqui e isso deu a oportunidade de mostrar o nosso trabalho. Eu sei que o seu mandato será muito bem exercido e reconhecido pela sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini, que reforça a nossa região. Nós sempre trabalhamos juntos.

Concedo um aparte ao deputado Ismael dos Santos, de Blumenau.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Dieter Janssen, queremos dar-lhe as boas-vindas, em nome do PSD, a esta Casa. De fato, nós vamos sentir por um pouco de tempo a falta da experiência do deputado Joares Ponticelli, mas ganhamos com o dinamismo e, com certeza, com as ideias que chegarão a esta Casa juntamente com o seu mandato.

Seja bem-vindo e que de fato sua caminhada seja bem-sucedida!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos e concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar, vizinho na serra catarinense

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Dieter Janssen, é uma satisfação receber v.exa. nesta Casa. Quero parabenizá-lo e dizer da inteligência do deputado Joares Ponticelli, que exerce em sua plenitude a democracia, pois este, sem dúvida, é um ato democrático que fortalece a base do Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigado, deputado, trabalhamos

juntos também em 2010. É um prazer trabalhar com v.exa.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Primeiramente, quero registrar que o Partido Progressista foi o primeiro partido a tomar a iniciativa de valorizar o suplente, porque entendeu e continua acreditando que ninguém se elege sozinho.

V.Exa. está assumindo agora e será, tenho certeza, um deputado dinâmico, pois é de uma cidade do estado de Santa Catarina que representa a pujança, a força empresarial e a força de todas as pessoas que lá vivem. V.Exa. está representando, além do município de Jaraguá do Sul, toda a região do vale do Itapocu e certamente fará nesta Casa Legislativa um bellissimo trabalho.

Nós vamos colaborar com v.exa. e, ao mesmo tempo, aprender com suas ideias, com seus projetos, enfim, com as inovações que trouxe a este Parlamento. Por isso, desejamos-lhe muito sucesso e estaremos juntos nessa nova empreitada.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Quero também, neste momento, sr. presidente, parabenizar o Partido Progressista por estes dois fatos: o gesto de renúncia e o engrandecimento partidário.

Então, em nome do deputado Silvio Dreveck, quero parabenizar o partido pela solidariedade demonstrada, mas também quero saudar este promissor político do PP de Jaraguá do Sul, meu querido amigo Dieter Janssen. Com certeza v.exa. sabe que tem grandes missões pela frente. Mas sabemos aonde v.exa. quer chegar como representante público da cidade de Jaraguá do Sul.

Então, fica registrada, em nome da bancada do PSDB, a nossa solidariedade. Seja bem-vindo! Sucesso! Que estes dois meses sirvam para que possa engrandecer a vida pública e, acima de tudo, participar da construção deste Parlamento.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado, deputado Dado Cherem, nosso grande amigo. Com certeza v.exa. é um deputado em que nos espelhamos, pois à frente da pasta da Saúde do estado fez um bellissimo trabalho.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, dar-lhe as boas-vindas a esta Casa. Que sua estada aqui seja muito proveitosa, dê muitos resultados não apenas para Jaraguá do Sul, mas para todo o estado de Santa Catarina. A bancada do Partido dos Trabalhadores também se coloca à disposição para contribuir nesse período em que o nobre colega permanecerá nesta Casa.

Da mesma forma, deputado, quero parabenizar o PP por essa iniciativa. O Partido dos Trabalhadores já tem essa prática na medida em que permite que outras lideranças também possam ter acesso ao Parlamento, para dar uma

demonstração do seu trabalho, uma vez que todos estamos aqui em função dos votos recebidos por muitos candidatos.

Então, em nome do Partido dos Trabalhadores, seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Dieter Janssen, é com bastante alegria que o PCdoB lhe dá as boas-vindas a esta Casa. Tenho certeza de que vai ser uma prévia de longos caminhos que este ano ainda lhe guarda.

Está nesta Casa assistindo à sua posse o Felipe, do PCdoB de Corupá. Certamente para toda a região de Jaraguá do Sul é um avanço ter mais uma representação nesta Casa. E aproveito, pela sua filiação partidária, para mencionar a presença que muito me alegrou de Elisabete Tiskoski, que faz um grande trabalho no PP Mulher e também é militante da causa feminina, além da vereadora Salete.

Portanto, o seu público é um dos mais prestigiados, e receba o meu abraço em nome de todo o PCdoB de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigada, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, quero agradecer, primeiramente, ao meu ex-presidente, por estar cedendo a vaga a v.exa. O sul está cedendo uma vaga para o norte. E nós, do norte, não fomos tão bem assim às eleições, porque o sul tomou conta de tudo. Agora o sul deu uma mãozinha para o norte, cedendo-lhe uma vaga.

Quero desejar ao nobre colega sorte, dizendo que militamos na eleição juntos, pois até a eleição estava no Partido Progressista. V.Exa. é uma pessoa que merece. Tenho certeza de que o seu caminho aqui é longo, sempre defendendo as questões das nossas cidades.

Que as eleições possam trazer notícias boas para nós, para v.exa., que representa a região de Jaraguá do Sul e para este deputado, da região de Joinville.

Por isso, seja bem-vindo a esta Casa!

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quero dar as boas-vindas a v.exa., pois sei o quanto é importante subir nessa tribuna.

Quando cheguei a esta Casa pela primeira vez, fazia 15 dias que havia começado a legislatura. O dia em que fiz o meu primeiro pronunciamento foi um dos mais emocionantes da minha vida. Não dormi na noite anterior e na posterior, porque foi o ápice assomar a essa tribuna. Sei o que v.exa. está sentindo, neste momento, falando dessa tribuna, vindo de Jaraguá do Sul como vereador.

Seremos parceiros nesses dois meses em que permanecerá conosco na Casa do Povo.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Obrigado a todos os deputados pelas palavras encorajadoras. Com certeza vamos esforçar-nos ao máximo para fazer um excelente trabalho nesse período, respeitando cada recurso público e fazendo com que o estado chegue cada vez mais perto do cidadão, dando mais qualidade de vida para todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado, em nome da bancada do PMDB, embora os deputados Antônio Aguiar e Elizeu Mattos já se tenham pronunciado, quero dar-lhe as boas-vindas.

Quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, presidente do PP, e o deputado Silvio Dreveck, líder da bancada, por dar oportunidade a um suplente.

Na verdade, embora tenhamos deputados com mais de 70 mil votos, ninguém veio para cá sem o auxílio dos suplentes. Esse é um gesto democrático, mas especialmente é um gesto de reconhecimento àqueles que trabalharam, que participaram das eleições.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas quero justificar a ausência do deputado Reno Caramori, que se está recuperando de um problema de saúde, e dos deputados José Milton Scheffer e Valmir Comin, que cumprem agenda no sul do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Nós estamos torcendo por ele.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de registrar a presença do prefeito de Penha, a quem agradeço a visita!

Também quero registrar que nos dias 12, 13 e 14 de abril, e tenho certeza de que v.exa. participará, acontecerá a 10ª Festa dos Pescadores, que é realizada pela Assembleia de Deus local, com o tema: Pescadores confiando na palavra do Mestre.

É uma grande festa e com certeza vale a pena os catarinenses participarem. Nós estaremos lá com certeza, e que muitas almas possam ser pescadas nesses dias!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero, com muita satisfação, receber o prefeito Evandro Eredes dos Navegantes, do município de Penha, com quem estivemos no último domingo numa bela festa na Praia Vermelha.

Quero, desde já, confirmar a minha presença, juntamente com o deputado Kennedy Nunes, na abertura da 10ª Festa

dos Pescadores lá em Gravatá. Certamente será um belíssimo evento.

Seja bem-vindo, prefeito Evandro, muito determinado, que vem fazendo um trabalho ousado, com os aplausos da população do querido município de Penha.

Eu gostaria de registrar a satisfação de ter acompanhado o governador, na última sexta-feira, no périplo que fez pelo vale do Itajaí e, de maneira mais especial, no alto vale, começando por Ascurra, onde inaugurou uma belíssima praça. Depois estivemos em Ibirama fomentando o desenvolvimento daquela cidade com várias parcerias entre a prefeitura local e de outras da região com o governo do estado. Foram carimbados recursos no valor de mais de R\$ 10 milhões para o município de Ibirama na última sexta-feira.

Também estivemos em Lontras e vimos a aprovação de R\$ 1 milhão em convênio com o aquele município. Lá houve, inclusive, uma emenda de autoria deste deputado para instalação de uma clínica de fisioterapia. Enfim, o governo do estado está marcando presença no alto vale do Itajaí.

Quero registrar também a nossa satisfação de, ontem, estarmos com o prefeito Roberto Carlos de Souza, de Navegantes, inaugurando obras de infraestrutura naquele município, também com a parceria do governo do estado.

Tivemos a satisfação de visitar Itajaí para ver de perto a grande festa que se inicia hoje, a Volvo Ocean Race, a famosa viagem que se faz através dos mares em vários países. E Itajaí será a única escala dessa regata no Brasil. Hoje a regata está sendo aberta oficialmente com a participação de mais de 200 profissionais de todo o mundo naquela cidade.

Foi muito bom ver de perto a movimentação. Itajaí deve receber, talvez, 150 mil pessoas para o evento. São praticamente 15 dias de festa na cidade e acompanhando de perto os dados, ficamos sabendo que um palco está sendo montado para a apresentação de várias atrações nacionais e regionais. Porém, o momento especial é a competição dos veleiros e o primeiro deve aportar nesta sexta-feira ou no sábado.

São dez mil quilômetros que esses veleiros estão percorrendo até chegar a Itajaí para ganhar a liderança da Volvo Ocean Race. Hoje está na frente a equipe norte-americana, seguida da equipe francesa, numa disputa muito próxima. A diferença é de apenas dez, 11km.

Quero desde já parabenizar publicamente o prefeito Jandir Bellini, toda a sua equipe, o governo do estado, a secretaria de Desenvolvimento Sustentável, bem como o heroísmo dos pilotos, pois a Volvo Ocean Race é a Fórmula 1 dos mares, já que enfrentam ondas de até 15m de altura, o que é um grande desafio.

Ganha Santa Catarina, ganha o vale do Itajaí, ganha a cidade de Itajaí. Há ganhos econômicos e tecnológicos, mas também ganha a população de Itajaí na sua autoestima, pois se promove o Brasil para o mundo através dessa regata. E queremos parabenizar também todos os organizadores dessa bela festa.

Quero registrar também, sr. presidente e srs. deputados, que estamos acompanhando de perto o processo de federalização da Furb. É um sonho nosso, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que tem

estado em Brasília, e temos acompanhado e torcido para que de fato isso prospere. Há uma nova proposta por parte do conselho universitário da Furb, no que diz respeito à parceria com a UFSC, sendo que no processo poderá ocorrer a absorção dos servidores da Furb. O modelo que foi proposto é de tutoria e espero que o MEC esteja aberto a essa nova proposta, para que de fato os nossos municípios e todos os moradores do vale do Itajaí tenham acesso aos cursos que serão oferecidos.

O modelo de tutoria seria implantado gradativamente, começando pelos 15 cursos de licenciatura: Ciências Sociais, História, Ciências da Religião, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Teatro, Educação Especial, Letras Alemão, Letras Inglês, Letras Espanhol, Matemática, Química, Ciências Biológicas e Educação Física, e por cursos de mestrado ligados às licenciaturas: Química, Ensino de Ciências Naturais, Matemática e Educação.

Em um primeiro momento, cerca de mil alunos passarão a estudar gratuitamente, uma proposta, como disse, que deve avançar para atender até 15 mil alunos do vale do Itajaí, a única região que ainda não tem uma instituição de ensino superior pública e gratuita. Daí a importância desse processo de federalização da Furb.

Nós, que somos egressos daquela universidade, que tivemos a oportunidade de fazer dois cursos lá, sabemos da importância desse projeto do ponto de vista econômico e, sobretudo, do ponto de vista da academia, do ponto de vista intelectual, do ponto de vista do progresso e do desenvolvimento científico para o vale do Itajaí.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, queremos registrar que nesta noite estaremos representando esta Casa, como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, na audiência pública de combate e prevenção às drogas no município de Jaguaruna, no sul do estado. Quero, inclusive, pedir licença para daqui a alguns minutos dirigir-me ao sul do estado, aonde iremos, juntamente com a Câmara de Vereadores de Laguna e municípios do entorno, discutir, fazer uma radiografia das drogas naquela região, sempre no sentido de buscar contemplar os quatro eixos que dizem respeito ao combate às drogas, quer pela prevenção, quer passando pelo processo da reabilitação química.

Acredito que essa audiência pública de hoje seja mais uma contribuição desta Casa para o combate e para a prevenção às drogas no estado de Santa Catarina.

Era isso que eu queria dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero cumprimentar o sr. presidente; as sras. deputadas Angela Albino e Luciane Caminatti; os srs. parlamentares; as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, bem como o prefeito de Penha, sr. Evandro dos

Navegantes, e os vereadores Jefferson Ademir Custódio, Jesuel Francisco Capela e Valmir, que estão visitando este Parlamento.

Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo.

A minha fala no dia de hoje, sr. presidente, diz respeito à prestação de contas do que fizemos na última semana, com a missão e a responsabilidade de representar esta Casa em eventos na nossa região.

(Passa a ler.)

“Participamos, no exercício do mandato, representando este Parlamento, de três importantes eventos que aconteceram em Blumenau, com a presença do governador do estado de Santa Catarina.

No dia 29 de março, em que é comemorado o Dia da Micro e Pequena Empresa, um projeto de lei de autoria desta deputada foi sancionado em 2004, e transformou-se na Lei n. 13.243. Na ocasião, em Blumenau, representando este Parlamento, participamos da inauguração de um centro de qualificação para micro e pequenos empresários.

Eu digo isso, sr. presidente, porque as organizações de micro e pequenas empresas, deputado Elizeu Mattos, aconteceram primeiramente em Blumenau, um exemplo para o estado de Santa Catarina e hoje para o Brasil.

Tudo aconteceu sob a liderança, na época, do pequeno empresário Pedro Cascaes, que entendia que os micro e pequenos empresários precisavam organizar-se para se tornar mais fortes para reivindicar tratamento diferenciado a esse segmento tão importante para a produção e para empregar a nossa população.

Esse simples fato da organização das micro e pequenas empresas já demonstra a importância da Ampe de Blumenau na história e na organização dos micro e pequenos empresários do nosso estado e do nosso país. História essa repleta de pioneirismo, de grandes lideranças, que de forma voluntária dedicaram suas vidas para a organização desse importante segmento.

Foi em Blumenau, como já mencionei, sob a liderança de Pedro Cascaes, que iniciamos, de forma inédita no Brasil, o associativismo de micro e pequenos empresários. Graças à Ampe os micro e pequenos empresários do Brasil se tornaram um dos setores mais organizados da economia brasileira.

Faço um parêntese aqui, srs. parlamentares, para destacar a importância da cidade de Blumenau para o estado de Santa Catarina e para o nosso país. Blumenau sempre foi vanguarda em muitas coisas. Foi lá que nasceu a primeira emissora de televisão, a TV Coligadas; foi lá que surgiu a primeira rádio, a Rádio Clube, que completou 80 anos, ocasião em que estivemos presentes; foi lá também que, em 1984, o associativismo, através dos micro e pequenos empresários, nasceu. Inclusive, na época algumas lideranças, como Pedro Cascaes, não foram compreendidas. Hoje, graças a esses abnegados na época, juntamente com outros empresários, podemos festejar e também dar exemplo para o nosso país do quanto foi importante naquela época o associativismo.

As micro e pequenas empresas hoje, sras. deputadas e srs. deputados, representam mais de 98% das empresas no

nosso país e são responsáveis pela maioria dos empregos gerados. Fico muito feliz de fazer parte dessa história e de presenciar a inauguração do Ciampevi - Centro de Apoio e Qualificação à Micro e Pequena Empresa do Vale do Itajaí -, representando o Poder Legislativo catarinense, um sonho de homens e mulheres da minha cidade, que se tornou realidade no último dia 29 de março.

Também não posso deixar de registrar a determinação de alguns presidentes que acalentaram esse sonho que se tornou realidade quando da inauguração daquele espaço físico, como a do sr. Moacir Curbani, que já foi presidente da Ampe; do sr. Airton Pires, que também foi presidente da Ampe, e da primeira e única mulher até agora a presidir a Ampe, sra. Sônia Medeiros, bem como do atual presidente, sr. Amarildo Ramos, e suas diretorias que tornaram esse sonho realidade.

Eles entenderam, através de uma idéia da ex-vereadora Maria Emília, que a Ampe não poderia ser apenas uma sede para abrigar a sua diretoria, teria que ser algo mais. E esse algo mais é a qualificação profissional, a capacitação de micro e pequenos empresários, para que as empresas não fechem as suas portas, dando sustentação e amparo legal a esse segmento.

Agradeço aos micros e pequenos empresários da cidade de Blumenau e a todos que fizeram e fazem parte dessa história de sucesso e merecem o nosso reconhecimento pelo exemplo de dedicação e de trabalho voluntário em prol de um projeto coletivo.

O Ciampevi, srs. deputados e sras. deputadas, é um espaço do tamanho e da grandeza da Ampe de Blumenau e terá um papel estratégico no sucesso das micro e pequenas empresas de Blumenau e do nosso estado.

Tenho certeza de que essa ideia nascida em Blumenau poderá ser lançada no estado de Santa Catarina e também em nosso país.

Na última sexta-feira, dia 30 de março, participamos das comemorações dos 80 anos da fundação da Rádio Clube, de Blumenau, que foi fundada em 19 de março de 1932 por João Medeiros Júnior, sendo a primeira emissora do estado de Santa Catarina e a quarta do nosso país.

Em 1936, o então presidente da República, Getúlio Vargas, autorizou a Rádio Clube de Blumenau a operar regularmente com transmissão de 500 watts. Seu prefixo passou a ser o PRC-4, um dos mais antigos do país, ou seja, é a quarta rádio mais antiga do Brasil.

Em 2007, a Rádio Clube de Blumenau passou a transmitir em suas novas instalações, no edifício do sempre saudoso senador Evilásio Vieira, que abriga os mais modernos estúdios, a central de jornalismo, o auditório, a sala de reuniões, o setor administrativo e a direção da rádio.

Também é considerada, deputado Ismael dos Santos, a mais moderna sede do rádio do estado.

Quero aqui parabenizar o diretor Edélcio José Vieira e toda a equipe de comunicação da Rádio Clube pelo trabalho realizado na comunidade de Blumenau."

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, ratificando suas palavras, de fato a Rádio Clube é importante não somente pelo fato de ser a primeira de Santa Catarina e a quarta do Brasil - e há 25 anos tenho a satisfação de ter uma participação semanal nessa rádio -, mas por traduzir as demandas do povo de Blumenau e dos mais de 50 municípios por ela atingidos.

Então, merecidamente a Assembleia Legislativa fez uma homenagem à Rádio Clube, na última sexta-feira.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Realmente, a Rádio Clube, de Blumenau, é um exemplo a ser seguido por outras rádios, pois faz um belíssimo trabalho, através do qual a comunidade é ouvida nos acordos das vozes da equipe de jornalismo daquela emissora.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos ao reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados.

Hoje, dia 30, na Câmara de Vereadores de Florianópolis aconteceu uma audiência pública no âmbito das comissões de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública, com a finalidade de discutir a questão da prevenção de crianças desaparecidas e do serviço de investigação de crianças e de adolescentes desaparecidos.

Esse assunto foi objeto do requerimento do vereador César Luiz Belloni Faria que, preocupado com o problema, solicitou a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal da capital.

Vale lembrar, sr. presidente e srs. deputados, que já tivemos e que continuamos tendo esta preocupação em relação à criança e ao adolescente desaparecido desde 2007, quando demos entrada nesta Casa ao Projeto de Lei n. 0215/2007, que criava naquela oportunidade o Serviço de Investigação de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O projeto tramitou nesta Casa naquele ano, entramos no ano de 2008 e vimo-lo transformado em lei. Imediatamente foi promulgado pelo sr. governador e transformou-se na Lei n. 215/2007, que cria o serviço de investigação para crianças e adolescentes. Essa lei é bem objetiva e no seu art. 1º consta o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, subordinado ao Delegado-Geral, o SECRIDE - Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas.

Parágrafo único. O serviço de que trata o caput será incumbido de centralizar o registro de ocorrências e de promover investigações e inquéritos policiais referentes a crianças desaparecidas no território do estado, inclusive aqueles já instaurados.

Art. 2º. O SECRIDE deverá ser dirigido sempre por Delegado de Polícia de 1ª Classe, ter sede própria e de fácil localização e contar com Investigadores de

Polícia e Escrivães em número suficiente para a realização dos serviços que lhe são pertinentes.

Art. 3º. O Delegado-Geral do Departamento da Polícia Civil regulamentará o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas em 10 (dez) dias."[sic]

Em dez dias, srs. deputados, depois de promulgada a lei! Estamos em março de 2012 e parece-me que já passamos muitos dez dias e até agora essa é uma das leis que está dormindo em alguma gaveta e que não está resolvendo exatamente nada.

Para mim isso não é surpresa. Estou no meu quarto mandato nesta Casa e isso não me causa surpresa porque não é a primeira lei que tive aprovada na Casa, está dormindo em alguma gaveta e não tem, na verdade, nenhuma operacionalidade, nenhuma validade. Ela simplesmente foi criada e está lá, assim como o mutirão da catarata. E teria que haver um mutirão para cirurgias de catarata, mas até hoje houve durante um ano ou dois, no máximo, e nunca mais funcionou.

Outra lei de minha autoria criava ambientes em presídios, penitenciárias e delegacias de polícia com condições de os advogados poderem atuar na defesa de seus clientes. Seria uma pequena sala onde o advogado pudesse, efetivamente, executar o seu trabalho ou verificar a situação do seu cliente. Essa lei também está dormindo em algum lugar, e isso é uma pena.

Agora, vejo um vereador da capital preocupado com o assunto e no dia 30 próximo passado convocou uma audiência pública, na qual estiveram presentes as autoridades da área. Mas eu, sinceramente, não acredito muito que isso também vá dar em alguma coisa.

Por isso, os srs. deputados que estão aqui em seu primeiro mandato já devem ficar sabendo que o trabalho é grande, mas o resultado é pequeno. Nós, muitas vezes, chegamos a ficar até desanimados ao ver o quanto trabalhamos para conseguir colocar um projeto em votação na Casa e, depois de aprovado e transformado em lei, simplesmente não valer exatamente nada. Essa é uma coisa que deveria desanimar, mas, não! Pelo contrário, isso deve, na verdade, é estimular-nos a fazer com que valha aquilo que fazemos aqui.

Sr. presidente, encerro o meu pronunciamento e numa próxima oportunidade voltarei a falar deste assunto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade catarinense, sras. deputadas, hoje, a bancada do PMDB recebeu uma visita importante do pré-candidato a prefeito de Joinville, empresário Udo Döhler. Em reunião com a bancada, juntamente com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, discutimos o que significa Udo Döhler para Joinville e para Santa Catarina. Na verdade, estamos diante de uma pessoa do mais alto gabarito.

Udo Döhler é presidente da Associação Comercial de Joinville, uma pessoa que tem raízes naquela cidade, um

empresário da área têxtil que fez com que o seu trabalho se estendesse ao trabalhador mais humilde, uma vez que deu muitos empregos à comunidade. Ele deu emprego para aquelas pessoas que necessitavam sustentar suas famílias. Ele levou, portanto, riquezas para Joinville e bem-estar social para a sua comunidade.

Como empresário, Udo Döhler, e todos sabem, atuou na área da saúde, mais precisamente no Hospital Dona Helena. Eu, como médico, gostaria de parabenizar Udo Döhler também pelo seu trabalho na área da saúde, especialmente no Hospital Dona Helena, que se tornou um exemplo em termos de atendimento de alta qualidade.

Gostaria de dizer que Udo Döhler representa, hoje, o PMDB de Joinville. Ele esteve nesta Casa juntamente com o presidente em exercício do partido e com todos os membros da bancada fez uma grande reunião. Com relação à importância dos Bombeiros Voluntários para Joinville, Udo Döhler tem a sua história e veio pedir o apoio da bancada para aquela corporação.

Na verdade, sabemos que Joinville merece, sim, um pré-candidato a prefeito como Udo Döhler, pela sua história e pela representatividade da área empresarial. Realmente nós nos sentimos honrados com a sua visita.

Gostaria de dizer à comunidade de Joinville que Udo Döhler tem o apoio da bancada para fazer com que a sua caminhada no município seja tranquila e termine com um final feliz.

Quero também dizer aos catarinenses alguma coisa sobre o planalto norte, que vive momentos de angústia pela quantidade de acidentes que está acontecendo do Km 12, no entroncamento da BR-116 com a BR-280, nos municípios de Mafra e Canoinhas.

Na verdade, defendíamos a prioridade de um elevado na entrada de Mafra, entroncamento com a BR-116, vindo para Joinville. Mas, em reunião com a Polícia Rodoviária Federal de Mafra, ontem, o comandante Luciano nos recebeu com muita alegria e temos certeza de que encaminharemos, hoje, uma moção aos srs. deputados no sentido de que se construa o mais rápido possível o elevado da BR-280, entroncamento com a BR-116. Nós temos certeza de que esse elevado vai fazer com que diminua o número de vítimas na BR-116.

Este Parlamento recebeu hoje mais um deputado, o deputado Dieter Janssen, de Jaraguá do Sul. Tenho certeza de que v.ex.a., juntamente com o deputado Carlos Chiodini, vai bem representar Jaraguá do Sul e fazer com que o governo continue olhando para uma das cidades mais promissoras do nosso estado.

Quero dizer a v.exas. que, hoje, vamos falar também sobre o Fórum Parlamentar das Cirurgias Eletivas que serão realizadas este ano pelo governo do estado. Vamos abrir o fórum para que cada deputado, na sua região, faça um levantamento das cirurgias eletivas necessárias, e também para que possamos dar continuidade à programação de mais 12 mil cirurgias eletivas este ano. E para isso vamos caminhar junto com o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, que fará com que a nossa Saúde continue prestando um serviço ímpar à nossa comunidade.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao nobre líder da bancada, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Ilustre deputado Antônio Aguiar, quero fazer minhas as suas palavras nessa questão da BR-116, que é urgente para a região sobre a qual v.exa. estava falando.

Mas quero ater-me mesmo ao trabalho que o secretário de estado da Saúde tem feito, principalmente no atendimento dos hospitais filantrópicos. E eu posso falar do vale, que é a região que represento.

Nós, que temos estado quase que semanalmente na secretaria de estado da Saúde, temos trazido muitas demandas relativas aos hospitais. Evidentemente que, até por determinação do governador Raimundo Colombo, temos tido êxito em tudo o que se refere a investimento, deputado Antônio Aguiar, em função do Revigorar 3, projeto aprovado pelo Parlamento de Santa Catarina, que permite que a Saúde honre seus compromissos.

Quero aqui louvar o papel que o nosso secretário da Saúde, juntamente com o secretário-adjunto, Acélio Casagrande, tem desenvolvido naquela secretaria. Temos ciência, sim, de que ainda há muito que fazer, com certeza. Nós, que somos oriundos de pequenas regiões do estado de Santa Catarina - e eu, especificamente, conheço a realidade dos hospitais, até porque residuo em Ibirama e lá há um da rede estadual -, vemos a discrepância entre aquilo que os hospitais do estado e os hospitais da rede filantrópica têm em termos de atendimento. Porque não conheço nenhum hospital filantrópico que vise lucro. Todos os hospitais filantrópicos ou são mantidos por associações hospitalares, por congregações ou clubes de serviços. E hoje, infelizmente, se não houver por parte do governo federal um olhar diferenciado na majoração da tabela do SUS, todas essas casas de saúde, infelizmente, terão que continuar com o pires na mão lá no seu município, aqui em Florianópolis e no governo federal.

Então, quero solidarizar-me com sua manifestação, dizendo que na saúde, efetivamente, temos muito que fazer, é verdade, mas que todo o foco do problema está na tabela SUS. Quer dizer, a partir do momento em que tenhamos a majoração dessa tabela, essas entidades e essas pessoas abnegadas que praticam o voluntariado em Santa Catarina com certeza vão poder trabalhar de forma mais tranquila e não de uma forma tensa, sempre faltando dinheiro para todas as ações.

Quero agradecer a oportunidade do aparte que v.exa. me concedeu, ratificando o grande trabalho que o secretário Dalmo Claro de Oliveira e o secretário-adjunto Acélio Casagrande estão tentando fazer por uma saúde melhor em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, sr. deputado.

V.Exa. com certeza, tocou num assunto importante: a tabela do SUS. Então, catarinenses, não basta criticarmos a saúde e dizermos que há problemas. Nós temos que ajudar a encontrar soluções financeiras para esses problemas, e as soluções estão no governo federal. Ele tem, sim, que reajustar a tabela do SUS. Eram R\$ 35 bilhões para a nossa Saúde, que se transformaram em nada!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, e eu também quero saudar o deputado Dieter Janssen que assumiu uma cadeira nesta Casa. Seja bem-vindo!

Meu caro deputado Antônio Aguiar, não acho que o governo federal não faça a sua parte, pode ser que não cumpra toda a sua obrigação, porque se há um ministro para o qual os brasileiros têm que tirar o chapéu é Alexandre Padilha, da Saúde. O trabalho que está fazendo no Brasil é de uma grandeza extraordinária, pela visão que ele tem e pelos programas que estão sendo implementados.

Agora, há problemas, sim, e vou, inclusive, pedir ao presidente desta Casa que autorize a nossa comissão de Saúde a instalar no *hall* desta Casa uma mesa para, durante muitos meses, daqui para frente, colhermos assinaturas de milhares de pessoas que aqui transitam, a fim de hipotecar apoio para o projeto de lei de iniciativa popular. Precisamos colher mais de 1,4 milhão de assinaturas em todo o Brasil para dar entrada no Congresso Nacional e restabelecer o debate do financiamento da Saúde, inclusive os 10% da união sobre a receita corrente bruta.

Esse é um ponto do qual não podemos abrir mão! Os governos passam, e não importa quais sejam, nem os ministros de plantão e os partidos que compõem o governo, mas a saúde do povo brasileiro, que precisa de mais recursos, fica!

Então, esse abaixo-assinado se destina a levar de volta para o Congresso Nacional a votação de dezembro, porque precisamos restabelecer o compromisso dos 10% da união.

Mas, enquanto isso não acontece, deputado Antonio Aguiar, o governo do nosso estado, através do governador Raimundo Colombo e do secretário estadual de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, já recebeu inúmeros apelos para que haja mais recursos para a saúde. E não somente mais recursos.

Tenho aqui dados, deputado Antônio Aguiar, que mostram a distribuição percentual ocorrida em 2011, de janeiro a dezembro. A arrecadação começa com R\$ 918 milhões de impostos arrecadados em janeiro de 2011 - e aí incidiriam 12%, mas o governo reservou apenas 6%. Depois vem fevereiro, já acumulado, R\$ 1,7 milhão de impostos arrecadados e o governo aplicou apenas 7,66%, e assim vai. A verdade é que, e isso se repete todos os anos, de janeiro a setembro, durante nove meses, o governo aplicou apenas 7%, em média, dos 12%. Quando chegou setembro, havia um atrasado de R\$ 163 milhões e o estado distribuiu uma parte em outubro, outra parte em novembro e em dezembro saiu desesperadamente a entregar cheques pelo estado afora para poder zerar a conta, aplicar os 12% previstos em lei.

Isso também causa um desequilíbrio, porque os hospitais, as entidades que precisam do dinheiro do estado não têm como se planejar. Esse é um dos problemas. O governo tem que aplicar os 12% na saúde, mas em janeiro e fevereiro tem que aplicar de forma linear, ou seja, a cada mês que mande os 12%

correspondentes, não apenas 6% ou 7% e deixar acumular para quando chegar nos dois últimos meses do ano, então, fazer aquela desova de dinheiro para poder cumprir os ditames da lei.

Então, os 12% para a Saúde tem que ser sagrados, tem que ser pagos todos os meses e distribuídos de uma forma linear, uniforme e equilibrada, para que o sistema de saúde possa receber esse dinheiro e também se planejar.

Por isso, amanhã teremos uma das mais importantes audiências públicas que a nossa comissão já realizou desde o início do ano passado, quando fizemos mais de 30 audiências públicas em todo estado para discutir a situação da saúde no estado e que resultaram num farto relatório de dois volumes, que já apresentei desta tribuna.

Srs. deputados, esse relatório já está sendo encaminhado para todos os setores do governo do estado e também através desta Casa pode ser acessado através do nosso site, mas pinçamos o problema mais relevante de todos, que no momento está na ordem do dia, que é a situação dos hospitais de Santa Catarina, o problema da defasagem em função da receita dos hospitais, principalmente pela defasagem da tabela do SUS.

Portanto, amanhã, quarta-feira, das 9h às 12h, no auditório Antonieta de Barros desta Casa, realizaremos uma audiência pública para discutir o custeio dos hospitais de Santa Catarina que atendem pelo SUS.

Nesse sentido, as entidades que representam os hospitais, a Associação dos Hospitais de Santa Catarina, a Federação dos Hospitais de Estabelecimentos em Saúde e a Federação dos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas, estão preparando um relatório, do qual já tenho uma preliminar, que será apresentado amanhã, que conterà a situação de todos os hospitais de Santa Catarina.

Temos 221 hospitais em Santa Catarina, 40 desses hospitais são públicos, 181 privados. Dos 40 hospitais públicos um é federal, o HU; 14 são estaduais e 25 são municipais. Portanto, temos 40 hospitais públicos e 181 hospitais privados. Dos 181 hospitais privados, 163, mais de 90%, atendem pelo SUS. Na verdade, todo hospital que atende pelo SUS passa a ter um caráter público. O hospital pode ser privado, mas se ele atende 60%, 70% ou 80% pelo SUS é público nessa mesma proporção e está submetido ao SUS, ao Conselho Estadual de Saúde, à Comissão Intergestora Bipartite e ao Conselho Municipal de Saúde, que são as autoridades máximas na área de saúde do nosso estado.

Assim, dos 15.191 leitos, 3.400 estão nos chamados hospitais públicos e 11.700 nos hospitais privados. Desses 11.700, quase oito mil leitos são destinados ao SUS. Portanto, seja a rede pública, seja a rede privada, em Santa Catarina o SUS está presente em mais de 90% dos hospitais e esse é um interesse eminentemente público.

Por isso, desse debate que será realizado a partir de amanhã nessa audiência pública sobre a situação dos hospitais, precisamos tirar encaminhamentos concretos através de uma comissão de trabalho desta Casa, para que num prazo limitado, definido, apresente propostas, apresente alternativas para ao governo do estado.

Sei que decorrente de todo esse debate que estamos fazendo o governo já

está preparando alguma forma de incentivo, de apoio. Mas o governo precisa abrir a roda e incluir sugestões e propostas através de um grupo de trabalho que nós vamos propor a partir dessa audiência pública.

E assim, então, estaremos fazendo a nossa parte em Santa Catarina, enquanto estamos fortalecendo o movimento nacional para que a união aplique, no mínimo, 10% da sua receita corrente bruta em saúde, para que a saúde seja a prioridade que todos queremos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, quero ler para depois comentar uma nota do jornalismo da Rádio Rural, que acredito, deputado, seja lá da sua região, Concórdia.

(Passa a ler.)

"Não há trabalho da PM em alguns horários

A determinação do governador Raimundo Colombo pelo cumprimento limite de 40h/semanais por parte dos policiais militares e a necessidade de que os policiais devam trabalhar no mínimo em dupla, vem causando problemas de escalas em alguns municípios do Alto Uruguai. Até porque não há como fazer escalas em dupla respeitando folgas em municípios que possuem três PMS, problema que aumenta com as férias dos policiais. No começo do ano a reportagem da Rádio Rural já havia informado que em Xavantina em algumas horas do dia não havia trabalho da PM. Agora este tipo de situação estende-se para Peritiba, Arvoredo e Paial.

Em Peritiba, por exemplo, a PM está trabalhando durante as férias de um policial até às 2h da manhã, retornando as funções às 7h da manhã. Então, durante cinco horas na madrugada não há sequer plantão. Se precisar de um atendimento é preciso o deslocamento de Concórdia. No dia 15 de abril volta o PM que está em férias e a situação será amenizada.

Em Xavantina a situação até piorou. Em um dia da semana não houve trabalho da Polícia Militar durante todo o período. A viatura ficou estacionada na garagem da prefeitura.

O tenente Givanildo Rodrigues, comandante da Companhia de Seara, confirma também que em Arvoredo e Paial há períodos sem policiamento militar."[sic]

Marcos Feijó foi o jornalista que organizou essa matéria.

Sr. presidente e srs. deputados, aqui estão sendo citados alguns municípios da região do alto Uruguai, mas temos essa realidade em todas as cidades de Santa Catarina, inclusive na nossa capital temos dias em que há dificuldade de escalar policiamento para um jogo de futebol. Porque, como começa dizendo a matéria, "a determinação do governador Raimundo Colombo pelo cumprimento limite de 40horas/semanais...", ou seja, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e mais a possibilidade legal de 40 horas extras.

Faz seis ou sete anos que os policiais entraram na Justiça para garantir que o estado pague o total das horas trabalhadas. Qual era realidade até então? O comando escalava e o policial era obrigado a ir trabalhar, independentemente se a jornada de trabalho já tivesse vencido ou extrapolado, não importava o número de horas.

Como a Justiça enfim decidiu, depois de ter passado na primeira instância, na segunda instância, de ter ido a Brasília e o Supremo Tribunal Federal ter dito que trabalho não pago era trabalho escravo, com essas palavras, e de outras ações aqui na Justiça pedindo que o governo cumpra a legislação, cumpra a decisão judicial de não realizar trabalho escravo no estado de Santa Catarina, o que o governo faz para não precisar pagar? Tira o policiamento da população e com o efetivo reduzido que temos, estamos ficando nessa situação citada aqui em algumas cidades.

Mas, repito, o problema a falta de efetivo da Polícia Militar e a posição do governo de não pagar hora extraordinária é de todas as cidades do estado de Santa Catarina para além daquilo que a legislação prevê. Então, a decisão do governo no sentido de economizar está prejudicando a população. Ou seja, quando os policiais trabalhavam a mais e não recebiam porque não havia decisão judicial determinando, estava tudo bem, mas como agora há determinação legal de pagar, retiram o policiamento das ruas e deixam a população sem atendimento.

Srs. deputados, essa é a lamentável realidade da segurança pública ou mais uma das realidades!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero apenas fazer um alerta aos nossos deputados. Hoje, na Ordem do Dia, teremos projetos que necessitam de quórum qualificado, os quais já deveriam ter sido deliberados na semana passada, mas pela falta de quórum qualificado não pudemos fazê-lo.

Assim, até as 16h não sei quantos oradores ainda farão uso da palavra, mas alerta e convoco os srs. deputados a comparecerem ao plenário, porque precisamos de quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Nós temos ainda o deputado Silvio Dreveck, que falará por oito minutos; e o espaço do PSD, que é de 12 minutos, totalizando 20 minutos até as 16h.

Srs. deputados, o deputado Antônio Aguiar está solicitando que seja instalado o Fórum Parlamentar das Cirurgias Eletivas. Se conseguirmos algum tempo antes das 16h, suspenderemos a sessão para que s.exa. o faça.

Mas fica feita a convocação aos srs. deputados para que compareçam à Ordem do Dia porque, inclusive, estão na

pauta alguns vetos, além de projetos que necessitam de quórum qualificado. Assim, se todos puderem estar no plenário, poderemos adiantar os trabalhos da Casa, conforme pedido do deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o espaço a seguir pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fazer dois registros, um no âmbito estadual e outro no federal.

Trata-se da SC-280, no trecho de Corupá a São Bento do Sul. Em 2008 iniciamos um trabalho com as entidades de classe, com os colegas de partidos políticos, com os deputados federais, estaduais e os senadores, a fim de incluir, através do Fórum Parlamentar Catarinense, no Orçamento da união recursos para a sua recuperação e revitalização e, inclusive, para a construção da terceira faixa em pontos críticos.

Quero, neste momento, agradecer a todos que colaboraram para que isso acontecesse, em especial o DNIT, que executou uma obra de grande relevância, não pela sua beleza, mas pela segurança que deu àqueles que trafegam por aquele trecho da rodovia de São Bento do Sul até Corupá, próximo de Jaraguá do Sul.

Hoje aquela rodovia conta com uma terceira faixa em todos os pontos críticos, além de uma boa sinalização. Nas encostas foram construídos até grandes muros para dar segurança aos usuários.

Srs. deputados, não poderia deixar de fazer esse registro, porque muitas vezes criticamos, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é também do planalto e estou falando da SC-280, São Bento do Sul/Corupá, mas agora temos que reconhecer o grande trabalho do governo federal, que nos dá segurança para transitar, principalmente agora que se aproxima o inverno.

Deputado Antônio Aguiar, tempos atrás fiz, desta tribuna, um apelo, que v.exa. incorporou, ao governo do estado, ao secretário Valdir Cobalchini, no sentido da manutenção da SC-301, mais precisamente no trecho da serra dona Francisca, ou seja: limpeza de calhas, limpeza de canaletas, capina etc.

Felizmente, sr. presidente, essa limpeza foi feita e a manutenção está chegando ao final, o que dá segurança aos usuários daquela belíssima rodovia naquela maravilhosa serra dona Francisca.

Ainda quero registrar desta tribuna, sr. presidente, o movimento suprapartidário contra a desindustrialização, que conta com a participação de entidades de classe como a Força Sindical e a Fiesc, além de federações dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo, movimento esse liderado pelo deputado Paulo Pereira da Silva, mais conhecido como Paulinho.

Esse movimento das forças sociais já surtiu efeito, porque a presidente Dilma Rousseff, assessorada por sua equipe econômica, tomou algumas medidas para conter a desindustrialização que, apesar de serem pontuais e de o Brasil precisar de medidas estruturais, as chamadas medidas horizontais, aquelas fazem uma reforma mais ampla, visando a dar competitividade à indústria nacional, foram positivas para alguns setores da indústria brasileira, como o têxtil e o moveleiro.

Srs. deputados, é preciso ressaltar, contudo, que esse trabalho não pode parar. As lideranças têm que dar seguimento à pressão, para que o governo federal implemente de fato uma política de longo prazo, uma política industrial que permita que as empresas tenham condições de investir a longo prazo, a fim de poder competir com os produtos estrangeiros que entram no país. Se não houver uma política estrutural, com a queda dos encargos e investimento na infraestrutura portuária, rodoviária, aeroportuária e ferroviária, não haverá como prosperar.

Apenas para se ter uma ideia, há um exemplo interessante na página 12 do *Diário Catarinense* do dia 28 de março. Trata-se de um comparativo de horas para administrar tributos em países.

Na China, por exemplo, utilizam-se 504 horas para administrar tributos; na Índia, 300 horas; no México, 549 horas. No Brasil, pasmem, srs. deputados, utilizam-se 2.600 horas para administrar impostos! É esse o número de horas que as empresas utilizam para administrar tributos. O que está muito claro é que o custo Brasil está muito alto em relação aos outros países.

Tenho mais exemplos. No âmbito da energia, o quilowatt/hora (kWh) na Europa custa R\$ 0,06; na Argentina, R\$ 0,04; no México, R\$ 0,05 e no Brasil, R\$ 0,10. Então, esses custos não permitem que tenhamos maior competitividade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, após a fala do nobre deputado Darci de Matos e, conforme acordo, peço-lhe que seja suspensa a sessão para que possamos instalar o Fórum das Cirurgias Eletivas e para tanto precisamos de uns dez minutos.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Darci de Matos, v.exa. vai fazer uso dos 12 minutos?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sim, pretendo utilizar os 12 minutos. A pedido do deputado Antônio Aguiar, talvez, um pouco menos, mas me parece que o deputado Ismael dos Santos irá fazer uma observação também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Antônio Aguiar, início falando da importância do Fórum das Cirurgias Eletivas. Nós sabemos que somente em Joinville há mais de dez mil pessoas nas filas aguardando por uma cirurgia.

Então, o asfaltamento é importante, mas pode esperar um pouquinho mais. Agora, a doença não espera, ela mata, e v.exa. que é médico sabe disso.

O governador Raimundo Colombo tem feito, através da secretaria da Saúde,

um esforço nesse sentido, mas esse fórum é um instrumento que vai, sem dúvida alguma, pressionar, vai definir diretrizes, vai ajudar na condução desse grande programa de cirurgias eletivas em todo estado de Santa Catarina. Porque de nada adianta, deputado Antônio Aguiar, nós, por exemplo, afirmarmos com muito orgulho que Joinville vai dobrar o seu PIB em dez anos, ou que Santa Catarina tem um IDH parecido com o IDH dos países europeus, porque, em contrapartida, nos rincões do nosso estado, deputada Angela Albino, a vozinha está lá perdendo a visão porque está na fila para operar a catarata há dois, três, quatro anos. Isso é uma vergonha!

Sr. presidente, desejo falar de um assunto que reputo da maior importância, deputado Ismael dos Santos.

Sabemos que nas décadas de 60, 70, deputado Antônio Aguiar, não é muito do nosso tempo, houve um processo de interiorização do ensino superior em Santa Catarina, e os municípios polos criaram as chamadas fundações municipais, as faculdades, que ao longo dos anos se transformaram em universidades, como é o caso da Univille, da Unisul, da Unoesc, da UnoChapécó, da Univali, e assim por diante. Essas universidades se alojaram sob o manto da Acafe, que é uma instituição que congrega as nossas universidades e que atende praticamente a 50 mil alunos de terceiro grau em Santa Catarina.

Muito bem, na década de 80 eu ainda estudava na Univille, era líder estudantil e fizemos um movimento junto ao saudoso governador Pedro Ivo Campos para estadualizar essas fundações municipais. E não conseguimos. Mas o ex-governador Álvaro Dias, do Paraná, estadualizou todas as fundações regionais. Portanto, as cidades de médio e grande porte do Paraná têm universidade estadual. Nós optamos por outro caminho, as nossas universidades são regionais e estão congregadas na Acafe, que atende a mais de 150 mil alunos.

Sem dúvida alguma, esse elevado IDH do nosso estado deve-se a muitos fatores, e um deles é exatamente a relevante contribuição que as nossas universidades regionais, juntamente com a UFSC e a Udesc, além das universidades particulares, que hoje são em grande número no estado, têm dado para Santa Catarina, seja no campo econômico, seja no campo social e político. Por quê? Porque elas têm-se constituído em efetivos polos de radiação de ciência, de tecnologia, de pesquisa e de extensão, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense.

Sem dúvida alguma, temos que dar esse crédito, como disse, à UFSC, à Udesc, mas, sobretudo, às nossas universidades regionais.

Ocorre que essas universidades estão passando por grandes dificuldades econômicas. Não têm recursos para fazer investimentos e, pior do que isso, estão fechando todos os anos com um déficit assustador. A dívida da Acafe chega a quase R\$ 1 bilhão. São dívidas de INSS e de Imposto de Renda que são estando sendo discutidas na Justiça, porque elas eram fundações municipais, recolhiam para o município e transformaram-se em universidades regionais. Assim, por força da Constituição de 1988 passaram a ter que recolher para os órgãos federais e não o fizeram, porque não tinham recursos, porque tinham dívidas jurídicas. Com isso, correm o

risco de fechar suas portas. Há universidades - e não vou aqui nominar - com grandes dificuldades financeiras!

Vou almoçar com o conselho de reitores na semana que vem. Estou elaborando uma proposição para fazermos uma audiência pública nesta Casa, a fim de a possibilidade de o estado socorrer as nossas universidades. Por que não? Elas são públicas. De quem é a Univille? De quem é a Univale? De quem é a UniChapecó? São do município? São do poder público? São do estado? São nossas? Elas são da população catarinense!

Então, temos que discutir a possibilidade de constituir um fundo estadual para socorrer as nossas universidades ou então, e vou propor, que passemos a discutir a possibilidade da criação de uma mega, uma grande universidade estadual, juntando todas as universidades regionais à Udesc, que é a nossa universidade estadual.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputada, v.exa. que é membro da comissão de Educação.

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Darcy de Matos, amanhã faremos nesta Casa, às 14h, uma audiência pública para discutir uma dessas universidades do Sistema Acafe, que é a nossa Udesc, que foi equivocadamente incluída num projeto do governo, que tolheu substancialmente a sua prerrogativa constitucional de autonomia. Portanto, já conto com v.exa. como proponente que foi dessa audiência pública. Mas quero reforçar apenas as suas palavras sobre a importância do Sistema Acafe para Santa Catarina.

Conheço um deputado estadual do PCdoB do Amazonas, casado com a senadora Vanessa Grazziotin, que embora tenha sido eleita por aquele estado nasceu em Videira, em Santa Catarina, que sempre considero muito atípico o nosso estado por ser multipolar. E ele, na tese do doutorado, estudou isso. E é exatamente com base nessas universidades que se constituiu um estado multipolar.

Temos um estado com várias economias independentes entre si e todas elas gravadas e aprofundadas no seu desempenho econômico com as nossas universidades. Portanto, já me coloco como sua parceira nessa proposta para defendermos o Sistema Acafe.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço à deputada Angela Albino e concedo um aparte ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Darcy de Matos, e dizer que levanta um tema muito importante porque temos compromisso com Santa Catarina. O Sistema Acafe tem uma estrutura espetacular, mas as universidades hoje não têm condições de bancar os alunos carentes.

Então, penso que criar um fundo que distribua bolsas de estudo aos alunos carentes para se prepararem tecnicamente dentro das universidades é bom. E nós já lutamos muito aqui em favor dos arts. 170 e 171 da Constituição, para que os jovens pudessem estudar. De repente esse fundo pode gerar oportunidades de trabalho, e isso

ajudará as universidades, cobrindo o déficit e ajudando os alunos que não estão podendo pagar. As universidades têm milhares de alunos para receber e muitas contas para pagar.

Então, a ideia é muito importante, tem que ser levada em frente e conte comigo, porque entendo que é uma luz que se acende para toda a sociedade que quer ver seus filhos estudando, mas faltam recursos.

Parabéns, deputado!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputada professora Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. deputado Darcy de Matos, quero solidarizar-me com a luta das universidades comunitárias. O ensino superior em Santa Catarina - e é importante que façamos o devido registro - somente foi viabilizado graças à interiorização desse sistema.

Mas quero também destacar que, no dia 9 de novembro do ano passado, o nosso querido deputado federal Pedro Uczai foi o relator da matéria que, no Congresso Nacional, propôs o marco regulatório do sistema comunitário. Penso que esse é o ponto de partida para que, nessa audiência, discuta-se esse caráter público, não estatal, no sentido de garantir que ele tenha recursos públicos, mesmo não sendo um sistema público.

Então, gostaria de destacar a importância desse marco regulatório para garantir mais investimentos públicos a esse sistema.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti, e com certeza convidaremos o deputado Pedro Uczai para participar.

Já Blumenau, deputado Ismael dos Santos e deputada Ana Paula Lima, está tentando buscar outro caminho, a federalização da Furb. Mas temos dezenas de universidades federais que precisam ser socorridas pelo governo do estado ou por outro modelo que possa fazer frente a essa demanda no nível superior de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darcy de Matos, apenas para fechar a avaliação sobre a sua leitura da questão da educação e também como membro da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, entendo que o art. 170 é uma belíssima ideia, precisa de fato cada dia mais ser fortalecido. Mas entendo também, deputado, que o futuro das universidades de Santa Catarina passa necessariamente por três atores: a sociedade civil, sim, o governo do estado, mas precisamos também o governo federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Portanto, sr. presidente, agradeço o aparte dos deputados, vamos ter a reunião com o conselho de reitores na semana que vem e estamos propondo a realização dessa audiência pública para tratarmos desse assunto de fundamental importância para Santa Catarina: ou constituímos um fundo ou vamos trabalhar para incorporar essas universidades regionais ao Sistema Udesc,

ideia essa que é simpática a muitos reitores da Acafe.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, neste momento está sendo instalado um fórum na comissão de Saúde e quatro deputados lá estão. Como temos projetos que necessitam de quórum qualificado, solicito à Presidência que dê um tempo de cinco minutos antes de passarmos à Ordem do Dia, a fim de que os deputados possam voltar ao plenário.

Esse é o pedido que faço à Mesa Diretora para que consigamos deliberar esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Elizeu Mattos, quero primeiramente fazer o registro da presença dos alunos do Coral Voz da Esperança, da secretaria da Assistência Social do município de Florianópolis, os quais estão representados pelo professor Vladimir Rosa.

Então, após a Ordem do Dia, conforme requerimento do deputado Marcos Vieira, os alunos irão apresentar-se em nome da Campanha Nacional Criança Não é de Rua.

Deputado Gelson Merisio, peço a v.exa. que assuma a condução dos trabalhos desta sessão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Acho que v.exa. escutou o apelo que fizemos ao deputado Moacir Sopelsa, no sentido de que esperemos a instalação do fórum da Saúde para depois passarmos à Ordem do Dia, uma vez que necessitamos de quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Na verdade, o que está irregular é a instalação do fórum.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sim, a instalação do fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, para não criarmos um impasse legal, vamos antecipar a manifestação do orador para logo depois da Ordem do Dia e suspender a sessão por dez minutos para que se cumpra o requerimento assinado pelo deputado Marcos Vieira. Logo em seguida deverá ser suspensa, por imposição regimental, a instalação do fórum. Sendo assim, os deputados ficam livres para fazer a sua colocação.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero cumprimentar o secretário da Assistência Social de Florianópolis, Felipe Augusto Teixeira, pelo

brilhante trabalho que tem feito à frente daquela pasta. Quero dizer também que para a campanha empreendida pela secretaria que trata da campanha nacional criança não é de rua, este Parlamento abriu um espaço para tal. Também registro a nossa alegria, a nossa satisfação, em nome da bancada do PSDB, em ver o secretário aqui.

Parabéns às crianças e parabéns, sobretudo, ao trabalho que está sendo empreendido.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se continua inalterada a comissão para tratar dos vetos. Ainda não há acordo para deliberação, por isso os vetos continuam fora da pauta. É isso?

Assim sendo, serão retirados de pauta os vetos que regimentalmente em todas as sessões virão, até que sobre eles se construam um entendimento para votação.

Antes de passarmos às comunicações da Presidência, às indicações e aos requerimentos, quero informar que há alguns projetos que foram concluídos nas comissões.

Consultarei os srs. líderes um a um, e as matérias em que houver concordância unânime serão deliberadas. As demais entram na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei n. 0010/2012.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0010/2012, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Cooperativa Santo Antônio dos Anjos dos Criadores nos Campos Públicos de Laguna - Coopersanto -, com sede no município de Laguna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Da mesma forma, consulto os srs. líderes se podemos votar o Projeto de Lei n. 0071/2012.

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas comunicar ao Plenário que esse projeto é fruto da mobilização das pessoas da comunidade da Coloninha, sendo votado hoje no âmbito da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Ele vem satisfazer uma necessidade daquela que é a escola mais antiga da região continental de Florianópolis, que estava desativada, e a comunidade fez uma série de trabalhos comunitários, especialmente o Carlos Francisco Posich, conhecido como Chico, o professor

Reginaldo, que está aqui também, e o governo do estado, através de uma audiência pública que esta Casa promoveu no Otilia Cruz, teve a sensibilidade de atender ao pedido e ceder esse imóvel à prefeitura, para que possa continuar os trabalhos e fazer a instalação da educação infantil.

Assim sendo, parabenizo o governo do estado por ter sido sensível ao pedido daquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A matéria ainda não está em discussão. Então, quero saber se há concordância para que ela seja deliberada. Essa é a consulta que faço.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero agradecer a oportunidade e parabenizar a deputada Angela Albino.

Nós fizemos questão de registrar na comissão de Constituição e Justiça e na de Finanças e Tributação, nas últimas semanas, a importância desse debate e de agradecer e parabenizar o governo por ter acolhido essa demanda da comunidade de transformar o colégio Otilia Cruz numa creche.

Essa era uma demanda da comunidade que se está tornando realidade. Nós concordamos que ele seja votado e acredito que temos quórum qualificado para aprovar essa matéria e realizar essa justiça com aplauso a todos os envolvidos nesse processo. O secretário de estado, o secretário municipal da Educação, o secretário de Desenvolvimento Regional estiveram presentes nessa audiência pública realizada na comunidade da Coloninha, que foi organizada pela comissão e proposta pela deputada Angela Albino.

Então, é um projeto que de fato merece o aplauso, porque atenderá a 400 crianças na creche da Coloninha. Portanto, esse projeto merece o aplauso de todos os envolvidos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quando é para resolver um problema e ajudar na educação, ajudar as crianças, com certeza esse projeto pode e deve ser aprovado no dia de hoje.

Por isso a nossa bancada concorda que ele seja votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consulto as demais lideranças para saber se concordam que o Projeto de Lei n. 0071/2012 seja deliberado neste momento.

(As demais lideranças aquiescem.)

Discussão e votação o Projeto de Lei n. 0071/2012, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (instalação de unidade de educação infantil e desenvolvimento de projetos sociais).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Da mesma forma, consulto os srs. líderes se podemos votar hoje ou se fica para amanhã o projeto de decreto legislativo que aprova o nome para composição da diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan.

Trata-se de votação secreta com quórum qualificado.

Por isso consulto os srs. líderes se é possível votá-lo hoje. Temos 31 deputados presentes e há que se ter quórum qualificado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acho que hoje temos quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado, estão presentes 31 srs. deputados.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mais um deputado chega, sr. presidente. Agora já estamos em 32.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Já foi contabilizado, por isso continua em 31 srs. deputados.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu fui relator dessa matéria e simplesmente é uma recondução. O pessoal está acompanhando, foi feito o somatório e encerrado na semana passada. A comissão foi composta pelo presidente e deputado Joares Ponticelli, este deputado foi o relator, sendo acompanhada pelo deputado Sargento Amauri Soares, pelo deputado Padre Pedro Baldissera. Por isso entendo que há um consenso.

Hoje, sr. presidente, há quórum qualificado para colocarmos em votação a matéria, e não estou falando como líder, mas como relator da matéria, e como tal acho que há consenso para podermos deliberar essa matéria, se assim entender v.exa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, em nome do deputado Padre Pedro Baldissera, que representou a nossa bancada, entendemos que podemos votar. O deputado acompanhou toda a discussão e por isso não há impedimento de nossa parte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos deliberar, então, o PDL n. 0002/2012, que aprova nome para a composição da diretoria colegiada da Agesan.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n.

0002/2012, de origem do Legislativo, que aprova o nome de Marco Antônio Koerich Azambuja para a composição da diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será secreta pelo processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a indicação e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero dizer que acompanhamos a votação. O voto é secreto, mas conheço o dr. Azambuja de longa data pela sua responsabilidade, pela forma de agir.

Então, queria somente registrar a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro, deputado Maurício Eskudlark.

(Procede-se à votação secreta.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER
DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADA ANA PAULA LIMA votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO votou
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI votou
DEPUTADO CIRO ROZA
DEPUTADO DADO CHEREM votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS votou
DEPUTADO DIETER JANSEN votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
DEPUTADA DÓIA GUGLIELMI
DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS votou
DEPUTADO GELSON MERISIO votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS votou
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI votou
DEPUTADO MANOEL MOTA votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL
DEPUTADO MOACIR SOPELSA votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO votou
DEPUTADO NEODI SARETTA votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA votou
DEPUTADO RENO CARAMORI
DEPUTADO ROMILDO TITON votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK votou
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI votou

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim" e um voto "não".

Está aprovado o projeto em turno único.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0124/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0126/2012, 0127/2012, 0128/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0129/2012, de autoria do deputado Antonio Aguiar; e 0130/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0280/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; 0281/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0282/2012, 0283/2012 e 0284/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0286/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0287/2012 de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0288/2012, de autoria do deputado Manoel Mota; 0289/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0291/2012 e 0292/2012, Dóia Guglielmi; 0293/2012, de autoria do deputado Narciso Parisotto; 0294/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0295/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; e 0296/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0285/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem ao governador do estado e ao secretário da Saúde pedindo a implantação do Hemosc no município de Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0290/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem ao ministro da Agricultura e ao presidente da Conab, pedindo a antecipação da segunda fase da remoção do milho, especialmente no oeste e no extremo oeste catarinense, onde a criação de animais está seriamente comprometida pela estiagem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0009/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidenta da República, ao presidente do Congresso Nacional e ao ministro dos Esportes, solicitando a proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol durante a Copa do Mundo de 2014.

Consulta o sr. deputado Antônio Aguiar se é preciso retirar de pauta esta moção. Podemos deixar para a próxima semana, deputado Antônio Aguiar?

(O deputado concorda.)

Com a concordância do deputado Antônio Aguiar, fica retirada de pauta essa moção, ficando para a pauta da Ordem do Dia da próxima semana.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes de dar a palavra à deputada Luciane Carminatti, peço um minuto de atenção de v.exas., para fazer um esclarecimento.

Hoje, pela manhã, por encaminhamento equivocado, iniciamos a sessão às 9h. A deputada Ana Paula Lima fez a abertura da sessão nesse horário, mas na verdade a direção geral encaminhou de uma forma equivocada. O que houve no acordo com os srs. líderes é de que todas as sessões nesse calendário especial devem iniciar às 10h, diretamente no horário dos Partidos Políticos, e as comissões deverão ser convocadas, através de acordo dos srs. líderes, às 8h30, tendo tempo suficiente para até as 10h concluírem os seus trabalhos. E o que não for concluído será transferido automaticamente para a sessão da semana seguinte.

Esse foi o entendimento dos srs. líderes e por isso a sessão de amanhã, pela manhã, iniciará às 10h, diretamente no horário dos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastone.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, antes de a Mesa definir esse calendário já haviam sido marcadas algumas audiências. Amanhã, teremos uma audiência pública que tratará a situação dos hospitais, das 9h ao meio-dia.

Então, já tinha sido marcada essa audiência antes dessa deliberação. E temos ainda situações mais excepcionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Como foi feito o calendário e já haviam eventos marcados, eles deverão ser mantidos, é claro. Assim sendo, os srs. deputados têm que fazer as duas coisas dentro das suas possibilidades.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, minha fala de hoje faz referência a três questões importantes neste momento.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de falar sobre as negociações que ainda não aconteceram com relação ao Magistério Público Estadual de Santa Catarina, em reunião que aconteceu no dia de ontem. Mais uma vez não se avançou nas negociações e ficou para o dia 9 de abril a apresentação de uma proposta pelo governo do estado.

O debate que o governo resolve trilhar, infelizmente, é no sentido de não reconhecer a Lei n. 11.738 no seu sentido amplo, ou seja, a garantia do piso na carreira. E aí ele volta a trabalhar com a ideia do piso inicial de carreira apenas. Isso vai provocar com certeza um achatamento na carreira dos professores, igualando praticamente os professores que têm magistério com os professores que estão no nível de especialização e graduação e que atuam há mais tempo no estado de Santa Catarina.

Então, no dia 9, na próxima segunda-feira, o governo fará mais uma reunião e esperamos que ele apresente uma proposta decente que não seja essa de parcelar em três anos 22%.

Quero destacar ainda que precisamos avançar, porque não podemos

entrar mais um ano com greve para a educação no estado de Santa Catarina. E quero chamar a atenção do governo de que tem o limite até o dia 17 de abril, porque ele se está esgotando. Então, precisamos fazer com que o governo leve isso mais a sério e apresente uma proposta decente de pagamento do piso na carreira, conforme a própria lei preconiza.

Outro ponto importante é o SC Saúde, em que temos um número bem menor de prestadores de serviços médicos do que no ano passado quando funcionava a Unimed. Dezenas de municípios estão sem credenciamento de nenhum médico, clínica médica, hospital ou laboratório.

O último levantamento feito aponta 98 municípios nessas condições. Em várias especialidades de serviços médicos há poucos profissionais credenciados. Pessoas que recebiam tratamento e acompanhamento continuado com um médico não podem mais fazer isso, porque médico não atende pelo SC Saúde.

Existem casos em que o médico se credenciou, mas a clínica na qual trabalha não se credenciou. Nesses casos o médico não se credenciou. Existem casos em que o médico ou a clínica aparecem como credenciados no site do SC Saúde. Mas indo atrás e buscando esses serviços, o usuário é informado que o médico ou a clínica não estão prestando esse serviço. Isso provoca uma situação muito difícil, porque os servidores estão pagando por um plano que não existe.

Portanto, quero fazer o registro de que, mesmo tendo presente que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou na manhã de hoje a realização de uma audiência, nós já aprovamos, ainda na semana retrasada, a realização de uma audiência que vai acontecer no próximo dia 12 de abril, a pedido do Fórum Estadual dos Sindicatos. Essa audiência já está agendada, inclusive com a mobilização dos sindicatos, servidores e trabalhadores do estado todo.

Portanto, queremos que o governo do estado venha dizer, finalmente, qual é a solução que ele dará para esse problema gravíssimo, que são os mais de 180 mil servidores de Santa Catarina sem atendimento médico, hospitalar e assistencial.

Então, estamos aqui referendando a audiência que acontecerá no dia 12, portanto, na próxima semana, no auditório Antonieta de Barros, com a participação e a mobilização dos sindicatos de todas as regiões de Santa Catarina.

Também quero fazer um destaque para a realização do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica que acontecerá de 28 de maio a 1º de junho, em Florianópolis, e que tem uma expectativa de receber em torno de dez mil educadores, trabalhadores, representantes de governo, sindicatos, associações, pessoas da sociedade civil, estudantes e pesquisadores.

Para que possamos ter uma ideia do tamanho desse evento, queremos dizer que temos em torno de 134 entidades compondo o comitê mundial, que é o comitê que organiza esse II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. E é importante dizer que a promoção é por parte do Instituto Federal de Santa Catarina.

Temos também que rememorar a edição do primeiro fórum que aconteceu em 2009, em Brasília, e que trouxe 15 mil pessoas do Brasil e 20 de outros países

para discutir o tema da educação tecnológica e profissionalizante.

Também quero destacar que desde o início do governo do nosso ex-presidente Lula muito se expandiu em termos de ensino público federal e profissional tecnológico em nosso país. E várias são as formatações dessa expansão.

Quero destacar aqui também as parcerias que o Instituto Federal de Santa Catarina realiza com 19 escolas dos Estados Unidos, da Suécia, do Canadá, da Áustria, de Portugal, da Bélgica, da França, da Espanha, da Alemanha e da Eslovênia.

Também quero destacar, a partir do governo do presidente Lula, e esse processo de expansão continua agora no governo da presidente Dilma Rousseff, o processo de interiorização e expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Nesse sentido, houve a expansão e a interiorização desses institutos para as cidades de Joinville, Chapecó e Araranguá, em 2005. Em 2009, Xanxerê, Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Palhoça, Garopaba, Lages, São Miguel d'Oeste e Urupema. E neste ano de 2012, a construção de *campi* em Tubarão, no sul do estado, e em São Carlos, no oeste de Santa Catarina, cujas obras devem ser iniciadas ainda neste ano.

Desta forma, quero destacar aos deputados e a todos aqueles que nos acompanham nesta sessão a tamanha preocupação que o nosso governo federal tem tido com o ensino técnico e profissionalizante.

Nós sabemos que, para que o Brasil consiga atingir, deputado Dirceu Dresch, todas as metas de expansão e crescimento, com inclusão social e distribuição de renda, deputado Manoel Mota, precisamos investir no capital humano. O que é o capital humano? Nós temos que ter uma população enorme, com condições de acessar aos empregos de forma mais qualificada.

Dessa forma, precisamos ter instituições de ensino público, sejam elas pós-médio ou superior, que garantam renda, qualificação tecnológica e também inovação tecnológica em setores, porque o Brasil carece dessa mão-de-obra qualificada, tanto em relação à mão-de-obra da Saúde, como a mão-de-obra nas áreas de Engenharia de Alimentos, metal-mecânico, indústria eletroeletrônica e construção civil. Ou seja, precisamos de profissionais em praticamente todas as áreas do conhecimento humano.

Queria fazer esse registro e parabenizar o Instituto Federal de Santa Catarina.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, queremos, com muita alegria, nesta tarde, assomar à tribuna para trazer alguns temas que, na nossa avaliação, são importantes para a população do nosso estado, em especial tratando do tema, deputada Luciane Carminatti, da educação e da alimentação escolar e que fazem parte de uma estratégia educacional.

Entendemos que o alimento de qualidade na escola é fundamental para as crianças e os adolescentes, porque para muitas crianças a alimentação na escola pode ser a única refeição do dia. Então, a alimentação de qualidade, com boa nutrição e segurança alimentar, é fundamental.

Por isso, queremos reconhecer de público - e quando é importante reconhecer, reconhecemos -, o papel do estado e do próprio governador Raimundo Colombo, que tomou a decisão de acabar com a terceirização da alimentação escolar. Para Santa Catarina isso é muito importante. Este deputado, a deputada Luciane Carminatti e o deputado Joares Ponticelli representam esta Casa na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que está trabalhando na perspectiva do fim da terceirização da alimentação escolar.

Estivemos, na semana passada, em Curitiba, conhecendo a experiência do governo do estado do Paraná. E a previsão é que nos próximos dias iremos ao Rio Grande do Sul conhecer a experiência daquele estado. A experiência do Paraná é muito positiva em termos de redução de custos e também de gestão pública. E a experiência do Rio Grande do Sul também será motivo de visita, nos próximos dias, para conhecermos também a experiência daquele estado que tem gestão pública na alimentação escolar.

Então, a decisão do secretário Eduardo Deschamps é, a partir da metade do ano, já começar com quatro Regionais - e esse é um passo significativo neste ano - e, no final do ano, dar outro passo, que é todo o estado se transformar em gestão pública.

O que precisamos, de fato, é fazer um grande debate. Na reunião dessa segunda-feira houve uma decisão, que nós propusemos, de se fazer seminários nas quatro Regionais que terão gestão pública já a partir da metade do ano. Lá se ouviu a sociedade, os agricultores, os professores e as secretarias Regionais para que justamente a região se prepare para essa nova perspectiva de gestão pública.

Então, quero reconhecer o trabalho da comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, da secretaria da Educação e do estado nessa perspectiva de acabar com a terceirização da alimentação escolar. Em todos os sentidos isso, com certeza, é muito positivo para Santa Catarina.

Quero também deixar registro que na comissão discutiu-se um pouco ainda como vai se dar essa questão de garantir o mínimo de 30% para a agricultura familiar. Queremos entrar neste debate nos seminários que serão realizados, e a própria Epagri e o estado precisam dar apoio para a agricultura familiar. Muitos agricultores, com certeza, ainda são produtores de fumo, como na região de Imbuia, ou de cebola e de outras atividades e podem, sim, produzir também alimentos para serem consumidos pelas crianças nas escolas. Os agricultores das nossas pequenas agroindústrias familiares podem ter a possibilidade de ter formação técnica, pesquisa e acompanhamento por parte de empresas públicas, ou seja, da Cidasc e Epagri.

Então, estamos avançando, caminhando nessa perspectiva e acreditamos que de fato essa decisão política e os encaminhamentos técnicos e administrativos poderão ser dados.

Como segundo ponto, sr. presidente, srs. deputados e público que

nos acompanha, queremos dizer que participamos, ontem, de uma reunião importante no município de Pinhalzinho. Lá a região se organiza e mobiliza-se para constituir em Pinhalzinho, e que atenderá a toda a região, um laboratório de análise de leite. Mas não somente pensando grande, na perspectiva de a Udesc, em Pinhalzinho, ser um grande espaço de elaboração de tecnologia e de novos produtos alimentícios na região, já que temos lá uma universidade pública e um curso de Engenharia de Alimentos e podemos ampliar esses cursos. A luta da região, das empresas, dos municípios, das administrações e da sociedade regional é no sentido de que haja não somente um laboratório de análise de leite, mas também um laboratório de pesquisa e avaliação de qualidade dos alimentos que são produzidos naquela região, identificando a possibilidade de novos produtos que possam agregar valor e trazer renda para a região.

Na área do leite tudo está bem encaminhado. A Udesc está assumindo compromissos na área de infraestrutura. Estamos dialogando com o governo federal na área de equipamentos. A reunião foi muito positiva, porque a representação, seja das indústrias de leite daquela região... E nesse raio de cento e poucos quilômetros de São Miguel d'Oeste a Chapecó existe um grande polo industrial das grandes indústrias de leite do nosso estado que estão lá instaladas. E há uma grande bacia produtiva também da agricultura familiar, uma das maiores do Brasil.

Então, justifica-se o debate e a luta dessa região, dos sindicatos dos agricultores, das empresas, das administrações e das lideranças que reivindicam esse laboratório.

Também estivemos ontem à tarde na região de São Miguel d'Oeste discutindo a participação das indústrias, como a Cooperoeste e outras, também nessa luta do laboratório naquela região próximo à comunidade regional, mas também um laboratório público dentro de uma universidade do nosso estado.

Isso é extremamente importante para que a região possa continuar apostando nessa atividade que traz uma transferência de recursos muito grande. O leite que sai da região é produzido e industrializado lá. Depois vai para os grandes centros urbanos, e o recurso volta em termos de pagamento para os nossos agricultores, o que movimenta a economia, o comércio, a indústria, a agricultura e melhora a condição de vida do povo da região.

Essa é uma luta muito forte que vai ser ampliada. E no dia 13 será feita uma nova reunião para discutir a continuidade desse trabalho, dessa luta.

Para finalizar, quero comunicar que, logo após o término da sessão, prezado presidente da comissão de Agricultura, deputado Manoel Mota, vamos trabalhar um tema polêmico, que é o fechamento da indústria Seara Marfrig, em Jaraguá do Sul. São mais de 200 agricultores que produziram, investiram, fizeram as suas dívidas, construíram aviários e agora a empresa, simplesmente de uma hora para outra, foi fechada em Jaraguá do Sul, deixando mais de 800 funcionários, pais e mães de famílias, desempregados. E mais de 200 agricultores, que se prepararam para produzir, foram induzidos para fazer investimentos, agora estão numa situação bastante crítica e preocupante.

Então, a nossa comissão, deputado Manoel Mota, está intermediando com a empresa tentando buscar caminhos e iniciativas para que esses trabalhadores não fiquem totalmente abandonados.

Vai haver essa reunião nesta tarde e esperamos que a empresa se faça presente. As lideranças da região e os representantes de entidades estão chegando para que esta Casa possa cumprir, mais uma vez, o papel importante, que é fazer a interlocução entre os trabalhadores, os agricultores, as empresas e o próprio governo para buscar encaminhamentos e saídas que possam trazer tranquilidade para aquela região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que nos prestigia com a sua presença na tarde de hoje, eu gostaria de falar um pouco sobre a minha cidade, Araranguá, a terra das araras. Primeiro ela foi denominada Capão de Espera, depois passou a ser chamada de Campinas e agora de Araranguá.

Hoje, Araranguá completa 132 anos de emancipação política. Então, é um dia em que comemoramos o aniversário da nossa cidade que há 132 anos foi emancipada. Hoje, podemos comemorar os 132 anos da Cidade das Avenidas, a minha querida Araranguá.

Os araranguenses que acompanham a sessão pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital com certeza estão, hoje, comemorando, pois lá é feriado, e a cidade está em festa pelos 132 anos.

O saudoso Afonso Ghizzo, que foi várias vezes deputado, foi prefeito daquela cidade e criou o Grêmio Araranguense.

O Grêmio Esportivo Araranguense era da primeira divisão profissional e deu muita alegria a todos nós. Depois terminou o mandato do saudoso prefeito Afonso Ghizzo, e o time acabou. Depois, em 1982, elegeram um apaixonado pelo esporte, Manoel Mota.

Sempre fui apaixonado pelo esporte. Com 13 anos fui júnior do Grêmio Futebol Clube, mas não continuei porque desobedei à diretoria, vim a Araranguá jogar uma pelada e quebrei a clavícula. Fruto disso mandaram-me embora, mas como não tinham culpa, a culpa era minha, passei a ser Grêmio Porto-Alegrense de paixão e de coração.

Em 1982, ainda MDB, tinha dois candidatos muito fortes: um empresário apoiado por todos os empresários da cidade e um comerciante muito forte. E aí convidaram Manoel Mota, que tinha ligação com o esporte amador, campeão por vários times, artilheiro daqueles times todo, para contribuir na vitória de um dos dois candidatos.

Contribuí mesmo, sr. presidente, tanto que ganhei as eleições e passei a ser prefeito da cidade de Araranguá, cidade polo de uma microrregião, o vale do Araranguá.

Assim, como prefeito, tinha que criar alguns eventos, lembrar algumas histórias minhas, da cidade e por aí fora. Criei a secretaria de Turismo, na época foi a

terceira fonte de renda de Araranguá e ao criá-la disse que faria um evento. Criei o quilômetro da moto na areia, que permanece até hoje, que é sucesso. Depois criamos o quilômetro de fusca, mas nem todos os prefeitos executaram. Mas foi um sucesso e outros prefeitos executaram o quilômetro de fusca em Araranguá.

Também criamos o maior evento, hoje, do Brasil, do mundo, que é o quilômetro de arrancada de caminhão. Primeiro, foi um dos maiores eventos de Santa Catarina, depois passou a ser um dos maiores eventos do Brasil e, hoje, é o maior evento do mundo. Tem vários quilômetros de arrancada na areia, tem na Itália, nos Estados Unidos e em vários países do mundo, mas nem um do tamanho de Araranguá, que coloca 150 mil pessoas no evento, por isso passou a ser o maior evento do mundo.

No mandato da administração criei um time chamado Araranguá Esporte Clube, o AEC. Aí fomos campeões municipal, regional, da segunda divisão de profissional de Santa Catarina. E fomos para a primeira divisão de profissional em Santa Catarina. Havia muita crítica; não tinha condições. Araranguá não poderia ter mais um time profissional, não tinha estrutura, e ouvi muitas críticas. Enfrentei todas aquelas críticas e coloquei Araranguá na primeira divisão de profissionais.

Também tivemos a honra, o orgulho, de ser campeão da Copa Santa Catarina, em Lages. Enfrentamos o Internacional de Lages, do Elizeu Mattos, do Antônio Ceron, dos lageanos, e fomos campeões pela primeira vez da referida copa. Depois, fomos bicampeões da Copa Santa Catarina, ganhando do Figueirense aqui, dentro do campo dele. O AEC nunca ficou fora dos seis melhores times do estado.

Enfrentávamos o Criciúma nos velhos tempos do Criciúma, de igual para igual. Nós batemos o Joinville, ganhamos de 1x0; depois, ganhamos de 4x1. E tínhamos muito time para disputar de igual para igual.

Meu caro presidente fui eleito por seis anos. E aí acabou o meu mandato. E o time durou muito pouco, porque tinha que ter paixão pelo esporte e ajudar, porque não tinha estrutura para aguentar um time profissional para a área empresarial. Então, ajudávamos, criávamos instrumentos para poder ajudar.

Nós fomos bicampeões da Copa Santa Catarina. O Araranguá deu muita alegria.

Então, estamos comemorando tudo isso hoje. E o município de Araranguá está comemorando hoje 132 anos. Há alguns eu estava em Laguna e num discurso inflamado disse: aqui é a minha terra e tenho compromisso com a minha terra.

Todos me olhavam e pensavam: o deputado Manoel Mota está meio fora da casinha, rindo. Sei que todos estão questionando o meu pronunciamento porque estou dizendo que Laguna é minha terra. Mas aí fui obrigado a confessar que Araranguá foi distrito de Laguna. Então, sinto-me legítimamente filho. Aí todos bateram palmas, porque realmente tivemos uma passagem, uma história muito longa, mas muito bonita.

Hoje Araranguá está situada entre Porto Alegre e Florianópolis, crescendo e se desenvolvendo. Consegui levar a Continental Tabacos Alliance, com 1.500 empregos; a Philip Morris, com mil empregos; a Alliance

One, com dois mil empregos. Então, fiz minha parte, evidentemente, fruto do trabalho de Luiz Henrique da Silveira, no seu governo da descentralização, levando essas empresas para lá. Levei também a Tramonto Alimentos para Morro Grande, com dois mil empregos.

Tivemos muitas alegrias. Minha cidade é líder da região. Tubarão, a cidade Azul, Criciúma e Araranguá são as três principais cidades do sul. O meu amigo Edinho agora é candidato a prefeito. Então, hoje estamos comemorando a cidade das avenidas, minha querida cidade está fazendo 132 anos.

Cumprimento o prefeito de Araranguá, Mariano Mazzuco, o vice-prefeito, uma pessoa com quem temos uma ligação muito forte. Cumprimento também o presidente da Câmara e em nome dele todos os vereadores. Cumprimento toda a sociedade de Araranguá.

Parabéns, Araranguá!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, público presente, na verdade venho fazer um relato da reunião que tivemos hoje pela manhã da comissão de Proteção Civil, quando junto com os deputados Dirceu Dresch, Maurício Eskudlark, Angela Albino, Dado Cherem, pudemos ouvir do secretário de Defesa Civil, Geraldo Althoff, como também do secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, as ações que o governo estadual está fazendo, vem fazendo, aos municípios que estão sofrendo com a questão da estiagem no oeste. E são mais de 115 municípios que estão em estado de emergência por conta desta estiagem.

Trago aqui algumas informações, sr. presidente, que às vezes precisamos ir um pouquinho a mais, só na reclamação, um pouquinho a mais só na cobrança, porque é muito fácil jogar responsabilidades para os outros.

Isto já vem acontecendo desde o Jardim do Éden, quando tinha lá só Adão e Eva, e a Eva foi enganada por uma serpente. Quando cobrada, Eva colocou a culpa na serpente e Adão colocou a culpa na Eva. Ou seja, é muito fácil jogar a responsabilidade para o outro. Mas, deputado Sargento Amauri Soares, precisamos aprender com o histórico, precisamos aprender no dia a dia. O erro de hoje não pode ser o mesmo de amanhã. Há um ditado que diz que errar uma vez é humano, duas vezes é burrice. Por que digo isso? Porque se formos fazer um histórico dos últimos dez anos, já tivemos sete estiagens. Em dez anos tivemos sete estiagens. Quando estamos falando da agricultura que o risco chega a 30%, precisamos mudar alguns conceitos, alguns paradigmas, quando o agricultor passa a depender apenas da chuva que cai do céu para irrigar a sua plantação.

Não é possível, nós, em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, que temos três vezes mais o volume de água por ano do que a Austrália, que tem 600 milímetros/ano, e nós temos 1.800, e com este volume de água que temos passarmos pela dificuldade dos últimos dez anos. E não estou falando aqui, é claro que não entendo

nada de agricultura, estou falando do que foi tratado, plantações sendo perdidas por conta de não termos reservas de água, porque o agricultor vê na questão das cisternas um gasto e não um investimento aqui hoje na comissão de Defesa Civil, quando estávamos falando, e esse é um dos pontos.

Claro que existem outros pontos que nós como legisladores muitas vezes, não nós aqui da Assembleia Legislativa, mas os deputados federais e senadores devem mudar a legislação. Por exemplo, temos hoje uma legislação que não permite a compra de água nem o emprego de horas máquinas nem qualquer tipo de gasto, quando se trata de reserva de água para animal, somente para o consumo humano. Isso é um erro. É um erro da legislação que precisamos mudar. Onde é que já se viu um estado pecuário como o nosso, o homem do campo não ter a condição de reservar a água patrocinada pelo dinheiro público para o animal? E quando falo em animal não falo somente do boi, da vaca, falo dos porcos, pois o nosso faturamento estadual é um valor imenso, a nossa produção suína é ótima. Outro potencial grande que temos no oeste é a criação de aves.

Então, precisamos mudar a situação. Agora, isso é prova de que a evolução das necessidades acaba desaguando em leis para garantir essas questões.

Quando se fala em cisternas, veja bem, sr. presidente, que em Chapecó abriram crédito para que os agricultores pudessem fazer cisternas com dinheiro emprestado e subsidiado pelo governo. Advinha quantos agricultores foram atrás do investimento? Foram 100, 50, 20, quem sabe dez? Foram somente quatro agricultores.

Já ouvi, por exemplo, pessoas me dizerem: "Kennedy, tem agricultor que prefere correr o risco em vez de investir nas cisternas para garantir a irrigação no tempo de estiagem". Por que ele tem seguro? Negativo! Quando o trabalhador é desempregado, o estado provê, pensa no trabalhador. Em todos os setores é assim, quando é época do defeso, deputado Sargento Amauri Soares, o estado paga para o pescador não pescar, para ter no próximo ano a pesca. Esse é o defeso. Mas no caso do agricultor o seguro do agricultor paga o banco. O agricultor não ganha nada. A agricultura é o único setor que o seguro cobre os bancos e ao agricultor nada.

Da mesma forma como temos que pensar e trabalhar a cultura da prevenção na questão dos desastres ambientais, das enchentes, dos morros, da construção irregular em morros, também precisamos, digo nós, deputados, gestores, órgãos públicos, imprensa, precisamos trabalhar no sentido de fazer com que o agricultor tenha na cisterna o grande parceiro, o grande seguro de vida dele.

Nós não estamos falando de seca como a do nordeste, pois há uma diferença muito grande da seca do nordeste com a daqui, porque não sofremos a seca por consequência do clima; sofremos a seca por algumas questões climáticas, como o La Niña, que acaba trazendo, com algumas diferenças de intensidade, a seca. Nós sabemos que vamos ter seca, só não sabemos qual será a intensidade.

Agora me lembro de que fui lá em dezembro e disseram que em janeiro viria a chuva; eu fui em janeiro e disseram que em fevereiro viria a chuva; eu fui em fevereiro, disseram que em março viria a chuva; agora já estamos em abril e o que a gente ouve é que talvez no final de junho venha a água. Nem as

águas de março vieram. E ficamos torcendo para que chova para diminuir um pouco o problema.

Pinhalzinho está fazendo uma logística muito grande com relação à água potável para as pessoas. Os animais não têm mais o que tomar, e continuaremos a esperar todos os meses, todos os anos, para não chegar essa seca; torcemos e fazemos preces para São Pedro mandar chuva, sendo que teremos daqui a algum tempo um monte de água que vai cair, mas não teremos onde guardar, porque para a maioria dos agricultores a cisterna é investimento, é gasto. Não, senhoras e senhores, vocês que estão aí no oeste me assistindo, mudem isso, tenham como grande parceiro para diminuir os prejuízos da agricultura a cisterna.

Para encerrar, sr. presidente, sabe como é que se avalia uma propriedade rural lá na Austrália? É pela incapacidade de litros de armazenamento de água. Não é pelo tamanho da plantação. Quanto mais água você tem guardada, você tem um valor agregado maior. E é isso que vamos fazer e pregar. É uma pregação pelo estado inteiro de mudança de cultura, para que possamos fazer com que os agricultores pensem que a cisterna é indispensável para o lucro do trabalho deles.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Nós gostaríamos de relatar a formação do Fórum Parlamentar das Cirurgias Eletivas do estado de Santa Catarina, que está composto dos seguintes deputados: Darci de Matos, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Dado Cherem, Volnei Morastoni, Antônio Aguiar, Mauro Nadal e outros que não compareceram por motivo de viagem.

Quero dizer a v.exas. que esse fórum tem por objetivo fiscalizar as regiões de cada parlamentar. São 40 deputados, e mesmo nem todos façam parte desse fórum, todos eles podem apresentar suas reivindicações em favor de sua região, para que lá chegando possamos fazer contato com os médicos que vão fazer as cirurgias.

Então, está faltando esse contato do parlamentar com os médicos para agendarmos mais cirurgias. Por quê? Porque o governo do estado paga R\$ 300,00 R\$ 400,00 para o médico e para os hospitais cobrirem a tabela do SUS.

Vamos apresentar também um requerimento solicitando que o governo do estado estude a possibilidade de estabelecer outro Revigorar, a fim de fazer o complemento da tabela do SUS.

Essa é a reivindicação do presidente das Associações dos Hospitais do Estado de Santa Catarina, sr. Dário Staczk, de Mafra, e quando um presidente faz um pedido desse, temos que fazê-lo ecoar no governo. Temos a certeza de que haverá um estudo a respeito dessa complementação da tabela do SUS, uma vez que já aprovamos projetos de lei autorizando o governo do estado a fazê-la.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração aos 80 anos de fundação do curso de Direito da UFSC.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

4ª REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 05 (CINCO) EQUIPAMENTOS RICOH COM FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS/INSUMOS (TONNER, CILINDROS E PEÇAS DE DESGASTE) PARA UMA FRANQUIA MENSAL DE 200.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO P&B TAMANHO A4 e A3 E 100.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO COLORIDAS TAMANHO A4 e A3.

DATA: 17/04/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 17 de abril de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 04 de abril de 2012.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 03 DE ABRIL DE 2012.

Às nove horas do dia três de abril do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Silvio Dreveck, Volnei Morastoni, Dirceu Dresch, Gilmar Knaesel substituindo Dóia Guglielmi,. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 5ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O Deputado Elizeu Mattos relatou o Projeto de Lei nº 0118.3/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado José Nei A. Ascari relatou o Projeto de Lei nº 0006.7/2012, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Silvio Dreveck relatou o Projeto de Lei nº 0031.8/2011, exarou parecer favorável à emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Amauri Soares relatou o Projeto de Lei nº 0496.4/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Dirceu Dresch relatou o Projeto de Lei nº 0108.1/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Serafim Venzon relatou o Projeto de Lei Complementar nº 003.0/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0090.8/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. O Deputado Romildo Titon relatou o Projeto de Lei nº 0099.6/2012, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0006.2/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0063.5/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0107.0/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; as Mensagens de veto nº 0539/2012, 00479/2012, 0535/2012, 00538/2012, 0536/2012, 0537/2012, exarou pareceres favoráveis, que colocadas em discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou

a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e doze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Extraordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Segunda Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, Silvio Dreveck e Altair Guidi. Em seguida passou à discussão e votação do Projeto de Lei nº 0002.3/12, que altera o anexo único da Lei nº 15.289, de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, objetivando a implantação do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PMAE-Gestão/SEA. Relator Elizeu Mattos. Aprovado por unanimidade. Leu também requerimento de sua autoria, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, Milton Martini, o seu comparecimento na Reunião Ordinária da Comissão, do dia 17 de abril de 2012, para prestar informações sobre o Plano SC-Saúde. Aprovado por unanimidade, solicitou à Assessoria da Comissão que encaminhasse ofício ao Secretário de Estado da Administração para o devido convite, Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e eu Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 27 de março de 2012.

Deputado Elizeu Mattos

Presidente

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.301, de 4 de abril de 2012

Aprova nome para a composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja para ocupar o cargo de Diretor Jurídico na Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 4 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 033/12

Of. 015/12

Rio das Antas, 02 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Rio das Antas referente ao exercício de 2011.

Rodrigo Mozatto

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 034/12

Of. 022/12 Joinville/SC, 28 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Essência de Vida**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Rodrigo Mozatto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 035/12

Joinville/SC, 30 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Sociedade Espírita de Joinville**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Rodrigo Mozatto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/04/12

*** X X X ***

Supremo Tribunal Federal

A Sua Excelência o(a) Senhor (a)
Deputado(a) GELSON LUIZ MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3892
REQTE.(S): ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO - ANDPU

ADV.(A/S): RAFAEL DE CÁS MAFFINI
INTDO.(A/S): ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

INTDO.(A/S): GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Comunico que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em Sessão, proferiu, nos autos em epígrafe, julgamento colegiado, cuja parte dispositiva acha-se transcrita a seguir *in verbis*: "O Tribunal, por maioria, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa da requerente, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, suscitante. Votou o Presidente. Em seguida, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com eficácia diferida a partir de 12 (doze) meses a contar desta data, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que pronunciava a inconstitucionalidade com eficácia *ex tunc*." Data Sessão de Julgamento: 14/3/2012 Resultado do Julgamento: "O Tribunal, por maioria, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa da requerente, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, suscitante. Votou o Presidente. Em seguida, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com eficácia diferida a partir de 12 (doze) meses a contar desta data, para declarar a inconstitucionalidade do artigo 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar Estadual nº 155/97, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que pronunciava a inconstitucionalidade com eficácia *ex tunc*" Atenciosamente, Ministro(a) CEZAR PELUSO, Presidente/STF.

Lido no Expediente
Sessão de 04/04/12

PLENÁRIO**CERTIDÃO DE JULGAMENTO****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.892**

PROCED.: SANTA CATARINA

RELATOR: MIN. JOAQUIM BARBOSA

REQTE.(S): ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO - ANDPU

ADV.(A/S): RAFAEL DE CÁS MAFFINI

INTDO.(A/S): ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

INTDO.(A/S): GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa da requerente, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, suscitante. Votou o Presidente. Em seguida, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com eficácia diferida a partir de 12 (doze) meses a contar desta data, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que pronunciava a inconstitucionalidade com eficácia *ex tunc*. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Ausente, no julgamento de mérito, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos da União-ANDPU (Adis 3.892 e 4.270), o Dr. Rafael de Cás Maffini; pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos-ANADep (Adi 4270), o Dr. André Castro; pelo interessado Governador do Estado de Santa Catarina (Adi 3892), o Dr. Fernando Figueiras, Procurador do Estado; pelo *amicus curiae* Associação Juizes para Democracia (Adi 4270), o Dr. Sérgio Sérvulo da Cunha; pelos amici curiae (Adi 4270)

Conectas Direitos Humanos, Instituto Pro Bono e Instituto Terra Trabalho e Cidadania, o Dr. Marcos Fuchs; e, pelo Ministério Público Federal, o Procurado-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos. Plenário, 14.03.2012.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Procurado-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário
*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 127/12**

Institui no âmbito do Estado de Santa Catarina a Semana de Prevenção e Combate às Enchentes e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Estado de Santa Catarina, a "Semana de Combate às Enchentes", que deverá ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de outubro.

Art. 2º - A Semana supramencionada passará a contar no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Defesa Civil, realizará campanhas, folders e demais ações com o objetivo de implementar a campanha de combate às enchentes.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde (SC), Sala das Sessões, em

KENNEDY NUNES

Deputado Estadual - PSD

Lido no Expediente
Sessão de 04/04/12

JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto de lei é instituir no âmbito do Estado de Santa Catarina, a "Semana de Combate às Enchentes".

Essa iniciativa visa cooperar como mais uma medida de prevenção e conscientização da população de nosso Estado quanto aos graves problemas causados pelos desastres naturais.

A idéia é que durante o período considerado crítico pela Defesa Civil, os municípios do nosso Estado recebam uma atenção especial da Defesa Civil, assim como campanhas de conscientização, direcionadas, e com esse foco.

Diante do exposto e por entender ser de grande relevância a presente iniciativa pede apoio aos meus ilustres pares, para aprovação do projeto de lei em tela.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 128/12

Dispõe sobre a política pesqueira e ordena a atividade no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A política pesqueira estadual será, coordenada e executada pelo Poder Executivo com o objetivo de promover o ordenamento e a fiscalização da pesca, a preservação e a recuperação dos ecossistemas das águas continentais (rios, bacias, ribeirões, lagoas, lagoas, açudes, ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais) e o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e profissional dos que praticam a atividade no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, estabelece no seu art. 3º, § 2º, que compete aos Estados e ao Distrito Federal o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrita a uma determinada bacia hidrográfica.

Art. 2º O Poder Executivo manterá órgão público estadual especificamente incumbido dos assuntos da pesca, com poderes para:

I - propor e operacionalizar a política pesqueira;

II - fazer cumprir a legislação pesqueira estadual;

III - regulamentar a atividade pesqueira definindo os petrechos de uso permitido, as espécies cuja pesca é permitida, os tamanhos mínimos de captura e as épocas de proteção;

§1º Portaria IBAMA nº 30/2003, define cotas de captura, tamanho mínimo, locais de captura e transporte de peixes pelos pescadores amadores em águas continentais nos Estados da Federação e no Distrito Federal.

IV - promover e definir ações de preservação e recuperação dos ecossistemas aquáticos;

V - propor a criação, extinção e modificação de áreas destinadas prioritariamente à pesca;

VI - promover e incentivar pesquisas dos ecossistemas aquáticos e projetos de aproveitamento dos recursos pesqueiros;

VII - difundir tecnologia pesqueira e os resultados das pesquisas de que trata o inciso anterior;

VIII - estabelecer convênios de cooperação técnica e científica com instituições nacionais e internacionais;

IX - conceder licenças de pesca;

§1º O órgão público estadual de que trata o *caput* terá como órgãos consultivos Conselhos Regionais de Pesca, compostos paritariamente por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§2º Deverão integrar os Conselhos Regionais de Pesca de que trata o parágrafo anterior representantes de órgãos públicos com competência sobre assuntos da agricultura, do meio ambiente, da navegação e da economia, das comunidades pesqueiras, dos pescadores artesanais, dos pescadores profissionais, empregados em empresas de pesca, das empresas de pesca, dos pescadores amadores, de universidades e instituições de pesquisas e de organizações não governamentais com objetivos relacionados à atividade pesqueira e ao meio ambiente.

Art. 3º Compete aos Conselhos Regionais de Pesca:

I - realizar estudos e propor diretrizes de políticas governamentais para o setor pesqueiro.

II - propor normas suplementares para o exercício da pesca em âmbito regional, compreendendo petrechos, métodos e instrumentos de pesca, espécies ameaçadas, tamanhos mínimos de captura, períodos de proteção e reprodução.

III - propor, desenvolver, apoiar, acompanhar pesquisas e projetos científicos e alternativos de aproveitamento dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da população.

IV - propor, desenvolver, apoiar ou acompanhar projetos que visem o bem estar das comunidades pesqueiras.

V - orientar e auxiliar sobre o cumprimento da legislação em vigor, relativo à pesca e à preservação do ecossistema.

Art. 4º Para os efeitos desta lei adotam-se as seguintes definições:

I - recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

II - pesca: todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais, que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida;

III - pescador amador: aquele que pratica a pesca com finalidade de lazer ou desporto.

IV - pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

V - empresa pesqueira: a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista em Lei.

VI - transbordo do produto da pesca: fase da atividade pesqueira destinada à transferência do pescado e dos seus derivados de embarcação de pesca para outra embarcação.

VII - processamento: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca.

VIII - áreas do exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico.

IX - processamento: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca.

X - ordenamento pesqueiro: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiro, ecossistêmico, econômicos e sociais.

XI - águas continentais: os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes, ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar.

XII - defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais.

XIII - embarcações pesqueiras: as que devidamente autorizadas sejam utilizadas exclusivamente na pesca e no beneficiamento do pescado.

Art. 5º A pesca pode realizar-se sob as seguintes modalidades:

I - empresarial: aquela praticada por empresas através de pescadores profissionais com vínculo empregatício, tendo por finalidade comercializar o produto na forma da legislação em vigor.

II - artesanal: aquela praticada por pescadores profissionais sem vínculo empregatício, por grupo familiar ou por grupo de pescadores na forma cooperativa procedendo a partilha equitativa do produto no final de cada jornada com finalidade comercial ou de subsistência, assim entendido o sustendo próprio e da família.

III - amadora ou desportiva: a praticada por pescadores amadores nas condições desembarcada ou embarcada, com o emprego dos equipamentos permitidos pela autoridade competente para cada condição, não compreendendo, em nenhuma hipótese, atividade comercial.

IV - científica: a exercida unicamente com a finalidade de pesquisa por instituições ou pessoas devidamente habilitadas e autorizadas.

Parágrafo 1º - Consideram-se bens de produção as embarcações, os petrechos e os demais equipamentos utilizados na pesca.

Parágrafo 2º - Consideram-se instrumentos de trabalho as embarcações, os petrechos e demais equipamentos utilizados na pesca artesanal.

Parágrafo 3º - Consideram-se atividades pesqueiras artesanais os trabalhos de captura do pescado, confecção e reparo de petrechos de pesca, construção e reparo de embarcações e beneficiamento do pescado animal ou vegetal realizados artesanalmente.

Art. 6º Os efeitos desta lei e de seu regulamento estende-se exclusivamente:

I - às águas continentais do Estado de Santa Catarina, conforme define a lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

Art. 7º A pesca profissional em águas continentais catarinenses pode ser exercida por brasileiros natos ou naturalizados maiores de 18 (dezoito) anos e por estrangeiros devidamente autorizados pelo órgão competente.

Art. 8º O pescador profissional deverá matricular-se na repartição competente, munido de declaração, emitida por Colônia de Pescadores ou por Sindicato de Pescadores Profissionais de que exerce a atividade pesqueira na forma definida nesta lei.

§1º Os que pescam embarcados também deverão matricular-se na repartição competente de acordo com as disposições legais em vigor.

§2º Aos aprendizes será expedida matrícula provisória.

§3º A matrícula poderá ser cancelada quando se comprovar que o pescador não faz da pesca ou da atividade pesqueira sua profissão habitual ou meio principal de vida, ou quando infringir as disposições desta lei e de seus regulamentos.

Art. 9º O pescador amador deverá obter licença anual para o exercício da pesca mediante o pagamento de taxa.

§1º O pescador amador somente poderá utilizar embarcações arroladas na classe de recreio.

§2º Ficam dispensados do pagamento da taxa a que se refere o *caput* os pescadores cuja renda mensal não ultrapasse três salários mínimos.

§3º Será mantido um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca.

Art. 10º Conceder-se-ão licenças gratuitas anualmente renováveis aos servidores de instituições científicas registradas no País incumbidos de coletar material biológico para fins de pesquisas.

Art. 11º Toda embarcação que se dedique a pesca, além do cumprimento das exigências das autoridades competentes, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público estadual referido no artigo 2º.

Art. 12º As embarcações de pesca de qualquer natureza ficam sujeitas as disposições desta lei sem prejuízo das normas de navegação aplicáveis.

Art. 13º O registro de propriedade de embarcações de pesca será deferido pelo órgão público estadual referido no artigo 2º.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica a embarcações utilizadas na pesca amadora.

Art. 14º O comando das embarcações de pesca só será permitido a pescadores profissionais que possuam:

I - carta de padrão de pesca, definida e concedida na forma do Regulamento do Tráfego Marítimo, no caso das embarcações de pesca empresarial.

II - carta especial de mestre de pesca ou equivalente definida e concedida na forma do Regulamento do Tráfego Marítimo, no caso das embarcações de pesca artesanal motorizada e dotadas de convés.

§ 1º Os comandantes das embarcações utilizadas na pesca empresarial deverão preencher os mapas fornecidos pelo órgão competente entregando-os semanalmente ou ao fim de cada viagem.

§ 2º As embarcações destinadas à pesca artesanal, terão o rol portuário preenchido em nome das respectivas Colônias de Pescadores.

Art. 15º As embarcações de pesca devidamente registradas e licenciadas no curso normal das pescarias, terão livre acesso aos terminais pesqueiros estaduais a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 16º As embarcações utilizadas na pesca artesanal poderão livremente transportar passageiros, produtos de pequena lavoura, de indústria doméstica, ou material de seu uso, observados os limites de carga e lotação e as normas de segurança aplicáveis.

Art. 17º O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por sua Carga, instituído pela Lei nº 8374 de 30 de dezembro de 1991, terá condições especiais que favoreçam as embarcações pesqueiras:

§ 1º Inclui-se necessariamente entre as condições especiais referidas no *caput* à redução do prêmio.

§ 2º Estão isentas do seguro a que se refere o *caput* todas as embarcações miúdas, motorizadas ou não, definidas em regulamento.

Art. 18º É proibido pescar:

I - em épocas e nos locais interditados pelo órgão público estadual competente.

II - em locais onde o exercício da pesca cause embarço a navegação de longo curso de cabotagem e de transporte de passageiros.

III - nas proximidades de locais de lançamento de esgotos nas águas até a distância estabelecida em regulamento.

IV - espécies que devam ser preservadas ou indivíduos com tamanhos inferiores aos permitidos.

V - sem inscrição, autorização, licença, permissão ou concessão do órgão competente.

VI - quantidades superiores as permitidas.

VII - mediante a utilização de:

a) Substâncias tóxicas ou químicas que alterem as condições naturais da água.

b) Petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou predatórios.

c) Aparelho composto de mais de dois anzóis na extremidade da mesma linha.

§ 1º O órgão público estadual referido no artigo 2º determinará a interdição da pesca nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios associados à reprodução e a desova, determinados a partir de estudos e pesquisas.

§ 2º Ficam excluídos da proibição prevista no inciso I deste artigo os pescadores artesanais e amadores que utilizem para o exercício da pesca, linha, anzol e opcionalmente vara simples ou vara com molinete ou carretilha.

§ 3º Durante a temporada em que a pesca permanecer interdita, os pescadores que se beneficiarem da exceção prevista no parágrafo anterior terão sua cota de captura reduzida na forma do regulamento.

§ 4º São considerados predatórios os petrechos de pesca que causem a degradação dos ecossistemas aquáticos explorados.

§ 5º Considera-se predatória a pesca empresarial realizada sem a observância de um plano pré-estabelecido do manejo dos recursos naturais provocando a degradação do ecossistema explorado, ou o desaparecimento, ou a extinção da fauna ou da flora aquáticas.

§ 6º É vedado o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de espécies provenientes da pesca proibida.

Art. 19º Os efluentes das redes de esgotos e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados as águas quando não as tornarem poluídas.

§ 1º Considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas das águas que possa construir prejuízo direta ou indiretamente a fauna e a flora aquática.

§ 2º Cabe ao governo do Estado e aos municípios verificar a ocorrência de poluição e adotar providências para coibi-la.

§ 3º As Colônias de Pescadores são competentes para representar contra danos as comunidades pesqueiras e ao meio ambiente, sendo obrigação do Poder Público apurar as denúncias e dar informações sobre o andamento dos processos.

Art. 20º É proibido o lançamento de óleos, agrotóxicos e outros produtos oleosos nas águas de domínio público em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Art. 21º O Poder Público manterá estações de biologia e aqüicultura e incentivará a criação de unidades particulares, prestando-lhes assistência técnica.

Art. 22º A fiscalização da pesca será exercida pelo órgão público competente, através de funcionários devidamente credenciados, os quais, no exercício dessa função, são equiparados aos agentes de segurança pública.

Art. 23º Aos servidores da fiscalização da pesca fica assegurado o direito de atuar, multar, prender e apreender bens dos infratores de qualquer dispositivo desta lei e das demais normas legais aplicáveis.

Parágrafo único: sempre que, no cumprimento do disposto no *caput* houver prisão, deve o infrator ser conduzido a Delegacia Policial mais próxima para a lavratura do flagrante com encaminhamento das peças ao Juiz no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 24º A infração as disposições desta lei importará nas seguintes penalidades:

I - multa;

II - apreensão do pescado e dos petrechos de uso não permitido;

III - cancelamento da licença de pesca;

IV - apreensão da embarcação;

V - suspensão da licença de pesca ou matrícula;

VI - cassação da licença de pesca ou matrícula;

VII - interdição temporária ou permanente do estabelecimento, em caso de pessoa jurídica;

VIII - desapropriação do estabelecimento, em caso de pessoa

jurídica;

Parágrafo único: Em caso de reincidência das infrações, dobrar-se-ão as multas aplicáveis.

Art. 25º Os autores de infrações penais cometidas no exercício da pesca ou que com essa se relacionam serão processados e julgados de acordo com os preceitos da legislação penal vigente.

Art. 26º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação

Art. 27º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,
Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 04/04/12

JUSTIFICAÇÃO

A atividade pesqueira, desde os primórdios, sempre foi de suma importância para a subsistência da humanidade. Muito antes do descobrimento, a pesca já era praticada no Brasil pelos indígenas, sendo mantida como atividade essencial até os dias atuais.

A pesca artesanal em Santa Catarina tem expressiva importância. Mais de 25 mil pescadores praticam essa atividade, correspondendo 30% da produção catarinense de pescado. Segundo dados do IBAMA, dos estados que mais se destacam na produção de pescado, que engloba pesca extrativista e aqüicultura, encontra-se Santa Catarina. Entretanto, sérios problemas com referência à atividade, como a dificuldade de manutenção das colônias de pescadores, a concorrência da pesca industrial, a poluição, dentre outros.

Em 28 de fevereiro de 1967, foi criado o Decreto Lei nº 221 para dar condições necessárias como instrumento legal de incentivo fiscal para o setor.

Entretanto, a política pesqueira adotada com base nessa legislação mostrou-se ineficiente para o setor. O potencial econômico e social da pesca em Santa Catarina, não vem sendo adequadamente explorado como base para a produção de alimentos e fonte geradora de empregos.

Grandes dificuldades impedem o crescimento, o ordenamento e a sustentabilidade da pesca catarinense como a concentração de embarcações e redes nas mãos de alguns poucos empresários, como também a exploração desenfreada e descontrolada da pesca artesanal e ainda a rápida degradação dos ecossistemas aquáticos, com a conseqüente destruição de inúmeras comunidades pesqueiras.

É evidente a necessidade de mudanças na política pesqueira estadual. E é nesse sentido que busco através desse projeto de lei ordenar a pesca no Estado de Santa Catarina.

Dessa forma, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação desta proposta legislativa de interesse público.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/12

Aprova nome para a composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Marco Antônio Koerich de Azambuja para ocupar o cargo de Diretor Jurídico na Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 4 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***